

A BATALHA

JORNAL DE EXPRESSÃO ANARQUISTA

Editorial

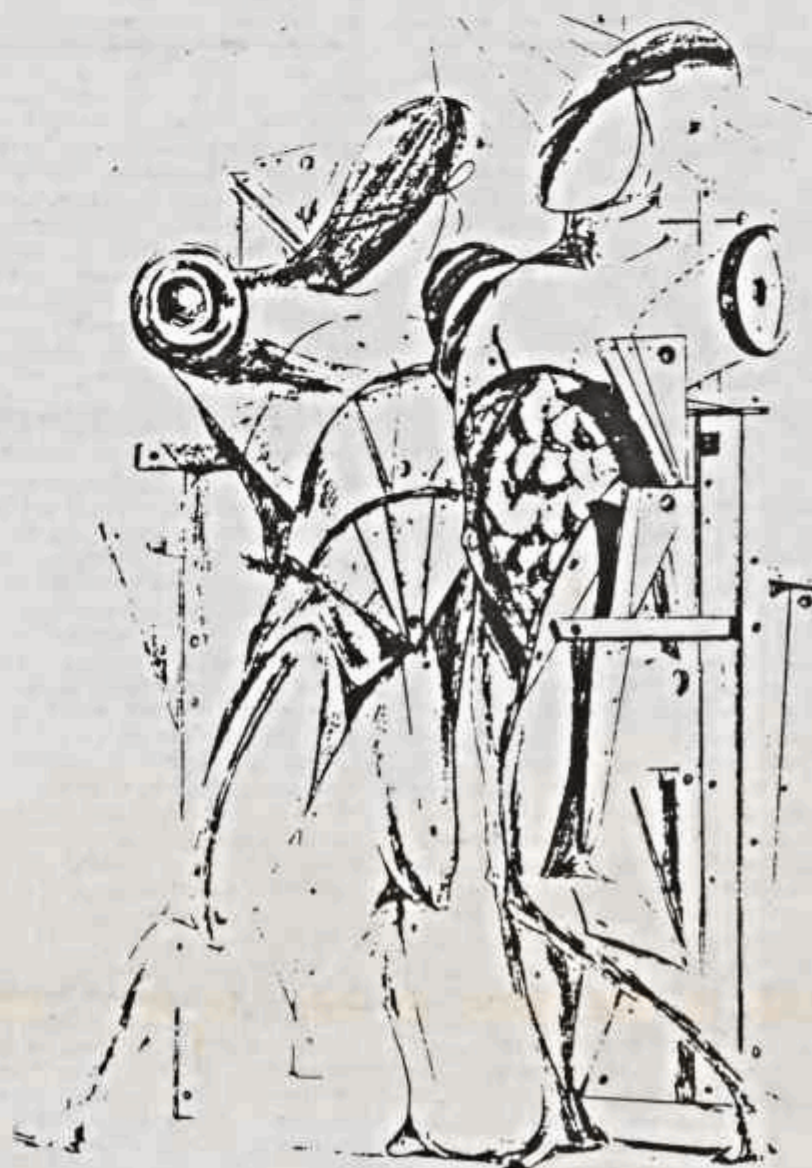
Depois da queda do chamado "socialismo real" duas ideias Força estão hoje presentes nas declarações de políticos, nos textos programáticos dos "sábios" e economistas: Democracia Pluralista e Economia de Mercado. Não se admite outra saída. A última é garantia da primeira. São necessários empresários dinâmicos, afirma-se (esqueceu-se a palavra patrão). Só estes são capazes de criar riqueza que só então, depois de produzida, será distribuída com justiça por todos. Quem fará essa distribuição? Deixa-se isso um pouco no vago. O Estado, através dos impostos, dizem os socialistas e sociais democratas, as leis gerais da economia num jogo dialéctico, afirmam os liberais de diversas origens. Adam Smith está sempre presente, embora não tenha afirmado nos seus escritos tudo o que se lhe atribui.

É evidente que a sociedade capitalista funciona, embora de modo distorcido, com base na concorrência, na chamada livre iniciativa, etc., etc. Ela foi capaz de produzir riqueza e desenvolvimento e as pessoas têm hoje acesso a bens de consumo que outrora só eram obtidos pelas classes mais elevadas. Mas nada de ilusões, todos os dias os jornais dão conta que, mesmo nos países onde o capitalismo atingiu mais forte expansão, há fortes assimetrias sociais, o desemprego aumenta, as manchas de pobreza também. Por exemplo, nos Estados Unidos a crise atinge, a todos os níveis, valores elevados, o déficit orçamental pode ascender a 300 biliões de dólares. A maioria dos americanos, escreve um articulista, tão confiantes antes no seu futuro, já não acreditam que os seus filhos venham a ter uma vida melhor.

Mas hoje reina a euforia. Antigos marxistas mandam às urtigas o "socialismo científico", abraçam a economia de mercado, descobrem o multipartidarismo e dispõem-se a entrar, entusiasmados, no jogo parlamentar. Em Portugal é vê-los a disputar o lugar nas listas partidárias para as próximas eleições. Surgem as birras pessoais e qualquer grupúsculo, mesmo intitulado-se revolucionário, prepara-se para apresentar candidatos e lançar palavras de ordem.

É certo que muitas teses que noutros tempos nos foram caras, sobre a Revolução Social que haveria de surgir numa manhã de nevoeiro e a previsão "científica" do fim do capitalismo, não se confirmaram. O capitalismo demonstrou uma importante capacidade de adaptação e sobrevivência, os avanços científicos e tecnológicos alteraram profundamente as sociedades contemporâneas. Mas o dilema será este: democracia representativa e economia de mercado ou a estagnação e miséria? Será que aquelas funcionam mesmo como os seus defensores afirmam?

Esquece-se de que em todo o mundo se ouvem vozes, não a contestar os aspectos positivos da democracia representativa em relação ao totalitarismo, mas a pôr em causa o funcionamento do sistema eleitoral e do multipartidarismo, como meio moderno de assegurar a vida das sociedades. O grau de abstenção é cada vez maior e, em países como os Estados Unidos, apenas 30% dos inscritos vota! As actuais estruturas sociais tornaram-se pesadas, difíceis de administrar, a concentração urbana e energética põem em causa todo o sistema, o ser humano fica reduzido ao voto.



Quanto à economia de mercado ela é sofismada, funcionará talvez ao nível das pequenas e médias empresas, mas quase sempre sob o domínio dos grandes grupos económicos quanto ao fornecimento de matérias-primas e serviços e na imposição dos preços. Aliás a política dos grandes impérios económicos identifica-se com a dos Estados mais poderosos. Durante décadas assistiu-se à luta formidável entre dois tipos de capitalismo: o Norte-Americano e o de Estado da União Soviética. Cada qual tentava destruir o outro, não em confronto directo mas, principalmente, através dos povos do chamado terceiro mundo. Angola, onde agora parece (?) ter terminado a guerra é disso exemplo. O entendimento entre as duas superpotências ou, melhor, o enfraquecimento da União Soviética conduziu à "paz"!

Também aqui, a uma economia dita nacionalizada a querer confundir-se com o socialismo que levou o país à falência, vai seguir-se uma economia de mercado, sem mais nem menos. A classe burguesa substituirá a classe burocrática do M.P.L.A. A revolução angolana não soube aproveitar as potencialidades das populações: as organizações comunitárias e as cooperativas autênticas não foram estimuladas, antes esmagadas em nome do "centralismo democrático" e do leninismo. Não se duvida que certo tipo de desenvolvimento económico irá ocorrer, mas será aquele que mais convirá à maioria da população angolana?

FUP/FP-25 : presos em greve de fome

Solução política há muito exigida (amnistia ou indulto) ela é hoje particularmente urgente para evitar o irreparável.

Solidarizamo-nos com quantos lutam por uma solução imediata, que o mesmo é dizer, humanitária.

Recuos do mundo actual

Desperta inusitada curiosidade o artigo inserto no Jornal de Letras, Artes e Ideias de 11-2 a 18-2-91, relativo ao recrudescimento das religiões nos dias de hoje sob o título sugestivo de "A desforra de Deus".

É curioso verificar que tal artigo se insere numa conjuntura, que é a nossa, impregnada de demasiados sobressaltos que afectam directamente os povos de diversos quadrantes geográficos, incomodados com a escassez de soluções revelada pelo homem hodierno, perante os mais agudos e prementes problemas que o vêm inquietando.

É a falta de um sentido para a vida manifestada pelas populações em geral e pelas camadas mais jovens em particular, que se vêem remetidas para uma irreversível alienação, somatório do afastamento progressivo da auto-realização, e da conseqüente falta de identidade, que produz o refúgio em panaceias efémeras e sem efeito duradouro, prescritas por uma sociedade de consumo de costas voltadas para a verdadeira felicidade do ser humano, empenhada que está, na preparação de fornadas de gerações rumo a uma estratégia polarizada numa nova fórmula dialéctica: comunismo-productivismo-consumismo.

Este tem sido o processo desenvolvimentista posto em prática neste nosso velho continente, ensaiando assim inéditos esquemas implementadores de maior eficácia, generalizada com igual sucesso por "pertinentes" iniciativas monopolistas, em outras regiões, involuntariamente receptivas a tão cândidas teorias de maior rentabilidade com o mínimo dispêndio.

Assim se verificou em culturas mais ou menos dispares, a aplicação de um modelo uniforme, *made in Europa*, sob o beneplácito devorador dos Estados em plena competição aquém e além marítima.

Registou-se, em primeiro lugar, um "nacional expansionismo" neste século XX, com reflexos mais graves para a espécie humana a partir dos anos 30, após a instauração (premeditada e com o aplauso amorfo da cegueira seguidista) de um autoritarismo nacionalista e xenófobo, mutilador da dignidade e dos mais elementares direitos humanos e isento de soluções práticas, escudando-se em chavões dogmáticos de cariz etnocêntrico.

Concomitantemente, colaborador primeiro, e rival depois, emerge subreptício o "centralismo-democrático" sob a batuta de José Estaline, comparsa de outros "mestres" do lado de cá, na satelitização de uma metade europeia oposta à outra metade, agora indistintas com o desabar de um leste macrocéfalo em vias de se ocidentalizar, apesar de alguns (significativos) focos de resistência persistirem na manutenção de um totalitarismo oli-

gárquico, entrincheirado em engalanados festejos avermelhados, sangue ceifado das suas vítimas.

Ao mesmo tempo e em oposição a ambos mas cooperante com este último durante a segunda guerra mundial, coexistiu uma "democracia assimétrica", (o menor de todos os males até aqui enunciados) neste "melhor dos mundos possíveis" denominado ocidente, onde o poder se identifica (como se tem identificado sob a égide de outros sistemas políticos, inclusive os dois anteriormente focados) com a corrupção nos novos meandros da clandestinidade, onde grassa a maior das indiferenças ante o desnível cada vez mais acentuado e por isso assustador, entre os que tudo têm e arrebanham sempre mais, e os que pouco ou nada têm e menos perspectivas encontram de vir algum dia a ter. Ambos relegados, em épocas de campanhas e sufrágios eleitorais, para efusivos desfiles de corsos carnavalescos e filas indianas reluzentes nos seus trajes domingueiros, espectadores cíclicos das grandes políticas do imobilismo face às questões de fundo, estruturalmente inquietantes, que têm preocupado o homem ao longo do seu atribulado percurso.

Todavia, não deve esta crítica secundar atitudes sectárias anti-sufragistas, correndo-se o risco de dar cobertura a tentativas de descrédito do que se instituiu há 17 anos entre nós, a par de deixarmos impunes reacções passadistas e destituídas de fundamento nos tempos modernos, neste dealbar do século XXI, levadas a cabo por movimentos racistas e intolerantes de tipo M.A.N., que em lugar do actual sistema preferem o consulado de um só homem como senhor absoluto, temível aglutinador do pensamento colectivo, em consonância com a mais fina e ardilosa demagogia (à boa maneira dos anos 30), perfeitamente engajada nos períodos de crise "momentânea" mas com repercussões bem enraizadas, já que a prontidão de uma resposta efectiva e estrutural é sistematicamente adiada, nestes tempos aparentemente prósperos do conformismo consumista.

Perante este estado de coisas, fuga da falência do dogmatismo laicizante e racional para a credulidade dogmática e intransigente no domínio religioso, resta-nos algo que nos permita abrir perspectivas criadoras, nunca vigentes até hoje, com o rigor que os acontecimentos actualmente desencadeados requerem, para que o definitivo entendimento entre as duas componentes humanas inseparáveis, racional e espiritual, se faça, sem que uma proscra a outra, sob pena de uma auto-mutilação.

As crises que se sucedem, ora focalizadas num determinado contexto geográ-

fico-cultural, ora inseridas numa clara explosão conflitual económico-militar, necessitam de uma rápida e conseqüente reflexão, conducente a breve trecho à aguardada concertação entre blocos e variantes em antagonismo aberto, que vão extremando posições e colocando na vanguarda os integralismos surdos a qualquer diálogo (entre as partes beligerantes).

Face a este ressurgimento dos fanatismos de diversa índole, provenientes dos vários sectores da vida internacional, não inéditos na já longa e sinuosa história humana, torna-se urgente desmascarar os prosélitos do antigamente, revivalistas dos decompostos dogmas enterrados de vez, pela consciência aviltada dos homens no passado recente, e encorajar propostas exequíveis mas arrebatadoras de mudança que vivifiquem, sem demora, o ideal de paz e diálogo intercultural, já há muito acalentado (em abstracto) pelo homem.

Este é o minuto e não a hora, pois poderemos chegar atrasados, de arvorar novas vias de encontro, suscitadas já, por exemplo, pelos valores acratas, valores estes que devem ombrear com outros de proveniência discordante, mas todos eles garantes do esmorecimento das profundas clivagens histórico-doutrinárias, amplamente agudizadas pelo deflagrar dos últimos acontecimentos, com vista a sínteses referenciais de unidade na diversidade.

Recordo-me da súpula de largo alcance operada pelo Anarquismo, quanto às suas fontes, pondo em contacto Taufismo e Cristianismo genuíno, num salutar diálogo oriente/ocidente, ponte de duas margens antagonizadas mais por uma acção política destrutiva dos homens do que propriamente pela distância natural entre continentes longínquos.

É uma síntese a implantar, talvez não por iniciativa exclusiva do Anarquismo, destituído agora e bem dos métodos erroneamente (in)conseqüentes da violência e da acção directa, mas também, por outras concepções ético-filosóficas, ou que alberguem projectos políticos imediatos doravante globalizantes, tendo como principal missão o verdadeiro diálogo de culturas.

Paulo Sérgio Graça Sousa

NOTA DA REDACÇÃO - Julgamos abusiva e redutora a assimilação de acção directa a violência. Trata-se sim de acção empreendida individual ou colectivamente pelos interessados, com vista a resolver problemas concretos e independentemente dos "poderes constituídos". Cabe no conceito de acção directa a criação de sindicatos, cooperativas, associações com fins culturais ou outros, a manifestação de opiniões publicamente quer com presença física quer por abaixo assinado, a greve, a resistência passiva a medidas consideradas injustas, etc. Os métodos utilizados pelo movimento "Green Peace" na protecção das baleias, por exemplo, são tipicamente métodos de acção directa e nada têm de violento, antes pelo contrário. Quanto à violência, na medida em que é imposição e violação da liberdade sempre foi proscrita, logicamente, pelo pensamento anti-autoritário. Relativamente à violência "defensiva" (embora haja quem nem esta admita), contra perseguições religiosas, raciais, sociais ou outras formas de opressão, nomeadamente estatais, as opiniões são mais diversificadas. Será condenável a resistência francesa à ocupação nazi? O 25 de Abril?

DONATIVOS

Virgínia Dantas	1000\$
Abílio Gonçalves	500\$
António Alvão Carvalho	1000\$
Justino Brito	500\$
Ant.º Urbano Rodrigues d'Andrade	1640\$
Pedro da Silveira	1000\$
Manuel Almeida e Silva	1220\$
Rafael dos Santos Ribeiro	1000\$
Tertuliano Maria	500\$
José Bernardo	140\$
Amigos da TAP	320\$
Luísa Adão	4300\$
Irene Quintal	2500\$
Lígia de Oliveira	1700\$
Almoço no C.E.L.	3100\$
M. Ramiro Salgueiro	800\$
TOTAL	21220\$

A BATALHA

O jornal A BATALHA surgiu em 23-2-1919, no mesmo ano que a Confederação Geral do Trabalho (CGT) de que seria porta-voz. A CGT, única confederação sindical existente, agrupava os trabalhadores mais combativos e conscientes da altura e foi, desde início, fortemente influenciada pelas correntes anarquista, anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária. Isto determinou a sua total independência face aos partidos e ao poder político e fê-la procurar que as justas reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida os não deixassem esquecer que só uma profunda transformação económica, social e ética permitiria eliminar a opressão e exploração do homem pelo homem. Repudiou sempre, com notável antevisão, que a libertação dos trabalhadores se pudesse alcançar através duma pretensa "ditadura do proletariado" ou do "Estado-patrão".

Hoje, não ligada a qualquer dos movimentos sindicais existentes, de cujos princípios e prática geralmente discorda (embora tenha o maior respeito pelos trabalhadores que os constituem), A BATALHA continua a pugnar por uma sociedade assente em formas comunitárias de vida, de essência autogestionária e cooperativa, com total respeito pela liberdade de pensamento e pela autonomia individual, em conformidade com os princípios socialistas libertários por que se norteia.

AOS COLABORADORES

Os artigos assinados são da responsabilidade da redacção.

A redacção reserva-se o direito de não publicar ou reduzir, assinalando os cortes efectuados, as cartas que lhe forem enviadas.

Os artigos não solicitados poderão ser recusados, aceites condicionalmente (mediante alterações acordadas com os autores) ou ser diferida sua publicação em função da programação geral do jornal. Devem ser claros e sucintos, não excedendo três páginas A/4 dactilografadas a dois espaços, título e ilustrações incluídos. Em caso de recusa haverá sempre explicação oral ou escrita aos autores.

A BATALHA



ANTIGO ORGÃO DA C.G.T.

Fundado em 23 de Fevereiro de 1919

Periodicidade Trimestral

DIRECTOR

Moisés da Silva Ramos

REDACÇÃO

Francisco Trindade
Luís Garcia e Silva
Maria Magos Jorge
Sérgio Duarte

COLABORADORES

Abel Raposo
Ana Luisa Faria
António Candeias
António Cândido Franco
Bruno Miguel Gouveia Antunes
Carlos Fontes
Dinis Godefrey
Edgar Rodrigues
Elisa Areias
Fernando Jesus Almeida
Joaquim Palminha da Silva
Jorge Valadas
J. L. Felix Fernandes
Júlio Palma
Leif Wegerman
Liberto Sarrau
Manuel Ramiro Salgueiro
Maria Goretti Matias
Miguel Serras Pereira
Peter Baldrey

COMPOSIÇÃO

Associação Gráfica Anarquista

IMPRESSÃO

Gráfica 2000, Cruz Quebrada

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

R. Marquês Ponte de Lima,
37, 2.º Dt.º 1000 Lisboa Codex

PROPRIEDADE

Centro de Estudos Libertários
Inscrito na Direcção Geral
de Comunicação Social
n.º 104981

SE CRISTO VOLTASSE...

Foi um acontecimento de truz! O Papa, chefe da Igreja Católica, visitou Portugal. Foi recebido com grande entusiasmo por "todos", esquerdas e direitas, ninguém quis ser esquecido. O Partido Socialista saúda Sua Santidade o Papa João Paulo II, noticiam os jornais. Álvaro Cunhal defende um canal televisivo para a Igreja. A santa harmonia reina neste país. A ementa dos banquetes é divulgada pelos órgãos de informação e nela constam os espargos, o salmão, a l agosta, os melhores vinhos, os doces regionais. Milhares de bandeiras recebem o chefe do Vaticano, na Madeira são-lhe oferecidas tapeçarias com as "armas" da Igreja, nos Açores há garrafas de uísque com as ditas "armas". O avião da TAP em que viaja o Papa é inteiramente remodelado no seu interior e decorado luxuosamente, para umas escassas horas de uso. As medidas de segurança excepcionais compreendem viaturas blindadas e com gaiolas de vidro à prova de bala para exibição do Pontífice, escoltas de honra e de segurança, no continente e ilhas. Não foi divulgado, que sabemos, o orçamento desta visita que deve ter custado ao erário público, isto é, ao bolso do contribuinte, muitas centenas de milhares senão mesmo milhões de contos.

Mas que tem tudo isto a ver com o cristianismo, que foi uma das grandes revoluções da história, que tem isto a ver com os Evangelhos que pregam a fraternidade, a simplicidade na vida, a comunhão de bens entre os homens, que tem isto a ver com a expulsão dos vendilhões do Templo?

A instituição Igreja Católica não é diferente de outras instituições nossas conhecidas, altamente centralizadas, autoritárias e burocráticas. Rica, proprietária de bancos, accionista de grandes

empresas e com estranhas ligações. Consta que com investimentos na indústria de armamentos, a despeito das exortações à paz, e em firmas produtoras de contraceptivos, a despeito das diatribes contra o planeamento familiar e controlo de nascimentos.

Exigir que João Paulo II se pronuncie sobre o que se passa em Timor e condene o regime sanguinário e despótico da Indonésia parece-nos da mais extrema ingenuidade. Ainda se fosse contra o chamado "comunismo" ainda vá, mas isso também já passou. Gorbachov é recebido no Vaticano e dizem que ficou muito comovido, o embaixador da URSS em Portugal esteve presente em Fátima e porque não?

Justiça lhes seja feita, parece que muitos católicos de orientação progressista não estiveram de acordo com a esplendorosa estadia do Papa entre nós, mas a sua influência não terá sido grande. Sua Santidade informou que todos os dias reza pelo povo de Timor. A lógica hipócrita dos dois pesos e duas medidas, conforme os interesses do Vaticano, voltou a manifestar-se, escreve Vicente Jorge da Silva no "Público". Nem outra coisa seria de esperar, acrescentamos nós.

A visita papal integra-se na "sociedade espectáculo" dos nossos dias, das grandes multidões, dos grandes congressos. As urtigas os pobres, os oprimidos, às urtigas a teologia da libertação! Mas afinal talvez estejamos a ser injustos, Sua Santidade na última encíclica condena o capitalismo, a economia de mercado, etc. Uma no cravo e outra na ferradura. A Igreja vai vender as acções que possui nas multinacionais e voltar à pobreza franciscana!

Moisés da Silva Ramos

PRIVATIZAÇÕES

A grande panacea

Embora supinamente ignorante de questões económicas sempre me recordo de ler e ouvir que a economia portuguesa vivia, há séculos, em grande atraso e dificuldades. Expansão marítima e colonial, "ocupação" espanhola, perda do império oriental, guerra da independência, "protecção" inglesa, invasões francesas, perda do Brasil e lutas liberais, instabilidade social na primeira república e esforço militar na I Grande Guerra e, por último, a guerra colonial, foram outras tantas e sucessivas explicações da nossa estagnação e pobreza. Curiosamente, se o esforço colonizador exauria os nossos recursos a perda das colónias agravava a nossa miséria! As explicações não têm de ser necessariamente lógicas e, em conclusão, o que se afigura certo é que para nós, portugueses, todos os caminhos levam à penúria! Daí nasceu, porventura, o fado.

Com o 25 de Abril travamos conhecimento com a receita infalível que poria termo ao nosso atraso: a estatização da economia. Ela permitiria recuperar as mais-valias capitalistas, modernizar a agricultura e a indústria, melhorar a qualificação dos nossos profissionais e aumentar a produtividade.

Após um período de compreensível confusão inicial a situação foi-se estabilizando e, feitas as contas, encontrávamo-nos no lugar do costume: o último ou penúltimo da Europa, consoante nesta se exclui ou inclui a Turquia.

A razão deste insucesso passou então a ser-nos explicada pela má gestão do sector público. Não havia que duvidar pois eram os próprios ministros responsáveis pelo sector económico que o afirmavam publicamente. Eles nomeavam gestores incompetentes, ao que parece, mantinham-nos em funções a despeito da sua incompetência, mas tinham a tocante honestidade de nos informar que as coisas iam mal e que, enquanto continuassem à testa da nossa economia não havia esperança de melhores dias. Face a tão intrépida honestidade o povo português não deixou, reconhecidamente, de os reeleger e abriu assim as portas à nova solução para todos os desaires verificados - a reprivatização. Se tudo caminhava mal no sector público, não havia que emendar erros, o remédio era mais simples: extinguia-se o sector público, entregando aos antigos donos ou

vendendo aos capitalistas interessados, nacionais ou estrangeiros, as empresas nacionalizadas que eram lucrativas (já que as outras, está bem de ver, ninguém pretendia comprar). Assim os lucros iam para quem os merecia (os novos donos) e as empresas deficitárias passavam a ser integralmente custeadas pelo contribuinte. Nada mais justo!

Para isto refundiu-se a Constituição, que tantos entraves colocava na senda do nosso desenvolvimento, e após maciça campanha na imprensa, rádio e televisão sobre as incomensuráveis vantagens da empresa privada e da economia de mercado (campanha que não mereceu, aliás, contestação significativa dada a constatação do PC perante o desmoronar do regime "socialista" na Europa de Leste) deu-se início à fase de reprivatização acelerada, por grosso e a retalho. Instituições houve que, não sendo privatizáveis, viriam a privatizar sectores como o da limpeza, cantina ou, até, gestão!

Até à data não se deu por grande melhoria. Continuamos também a manter firmemente o nosso lugar de país mais atrasado da Europa Ocidental, ou quase (o quase depende, como vimos atrás, da definição geográfica da Turquia).

Esquisito? Talvez não. Havia razões para desconfiar do remédio. Pois não tínhamos nós vivido no regime da empresa privada e da economia de mercado desde, pelo menos, a revolução de 1820? Não foi a grande panacea aplicada durante mais de século e meio com os brilhantes resultados de todos conhecidos? Não experimentámos já todo esse tempo o espírito de iniciativa e inovação da classe empresarial portuguesa e a exploração pelo capitalismo internacional? Como e quem nos convencerá então que o remédio tão longamente usado sem proveito vai desta vez produzir a cura miraculosa? Estarão eles convencidos? Ou o negócio é outro?

Por mim deposito todas as esperanças na "ocidentalização" da Albânia. Se ela se verificar talvez consigamos passar para antepenúltimo lugar na escala do desenvolvimento europeu (caso a Turquia esteja pelos ajustes, isto é, persista em se considerar europeia, como já várias vezes se fez notar).

Luís Garcia e Silva

FALECEU VIRGÍNIA DANTAS militante anarco-sindicalista portuense



Só recentemente tivemos conhecimento, por carta de sua irmã Aurora, do falecimento, em 19 de Novembro último, desta nossa companheira. Felismina Virgínia Teixeira nasceu no Porto em 24 de Julho de 1904. Frequentou a escola primária com a sua amiga de sempre, Margarida Peixoto, com quem ingressaria na profissão de costureira entrando, aos 12 anos de idade, para a Camisaria Confiança, como aprendiz. Com a Margarida e a irmã Maria Júlia Peixoto (que casou com o militante sindicalista Filinto Elísio de Almeida) frequentou desde muito cedo o meio sindical e libertário, aderindo às Juventudes Sindicistas com apenas 16 anos. Assistia às veladas sociais, representações dramáticas por grupos amadores que se dedicavam sobretudo ao "teatro social", festividades várias e participava nas comissões de solidariedade e apoio aos presos sociais e em actividades de propaganda sindical e libertária. A sua intervenção activa na greve das costureiras do Porto, em Abril de 1923, obrigou-a a deixar a empresa em que trabalhava. Em 1924 fundou, com Margarida Peixoto (que casou com o militante Fernando Barros), Maria Júlia e outras companheiras, o Grupo Libertário Louise Michel (o primeiro grupo feminino anarquista do Norte

de Portugal) que aderiria de imediato à União Anarquista Portuguesa. Em 23 de Maio de 1925 Virgínia casou com o destacado militante anarco-sindicalista Aníbal Dantas, sete anos mais velho que ela, e trocava a vida profissional pelos afazeres domésticos sem deixar contudo de frequentar o meio sindical. Aníbal Dantas participou na revolução de 7 de Fevereiro de 1927 contra a ditadura militar e andaria fugido durante algum tempo. Em Outubro de 1930 foi preso e deportado para os Açores com outros militantes oposicionistas e, em Março de 1931, embarcado para Cabo Verde via Funchal. Chegou a esta cidade no momento em que deflagrava aí a revolta militar contra a ditadura, chefiada pelo general Sousa Dias. Com Mário Castelhana e outros deportados participaria nesse movimento e, após a derrota, andou escondido até lograr escapar-se clandestinamente para o Continente no depósito de carvão dum navio mercante. Desembarcou em Lisboa e viveu na clandestinidade a partir de então até à sua morte, em 1963. A partir da sua prisão Virgínia Dantas teve de retomar a actividade profissional para sustentar a casa. Após o regresso do marido e para manter oculta a sua presença, continuou a viver com a sogra encontrando-se com o companheiro num quarto alugado para o efeito.

Embora a idade lhe não permitisse actividade militante intensa após o 25 de Abril, manteve-se ligada ao núcleo de companheiros reunidos em torno do jornal A BATALHA e concedeu diversas entrevistas, a última das quais a este jornal (n.ºs 122-123), após a morte de Emídio Santana. A este jornal dedicaria um donativo antes de morrer, que sua irmã Aurora nos fez chegar às mãos. Virgínia Dantas trabalhou sempre e denodadamente até à véspera da sua hospitalização. Operada, viria no entanto a falecer pouco tempo depois.

Luís Garcia e Silva

SE É BOM OBSERVADOR

Se é bom observador, encontra as semelhanças existentes entre os dois quadros, que abaixo apresentamos. Se encontrar muitas semelhanças, não pense que isso é uma mera coincidência. É mesmo de propósito... Se você acha que não há assim tantas semelhanças, como isso, nós perguntamos ao leitor: "Por onde é que você andou durante estes 30 anos?"

1961	1991
Começa a GUERRA DE ANGOLA. Brancos contra negros.	Acaba a GUERRA DE ANGOLA. Negros contra negros.
Vai-se à tropa, para manter as colónias da Europa civilizada.	Vai-se à tropa para manter uma colónia da Europa civilizada (Portugal, pois claro).
É perigosa a greve, pode perder-se a LIBERDADE.	É perigosa a greve, pode perder-se o EMPREGO.
Pertence-se aos PARTIDOS, por militância rigorosamente clandestina.	Pertence-se aos PARTIDOS, por carrearismo rigorosamente ostensivo.
Trilogia dos FFF: FADO, FÁTIMA, FUTEBOL.	Os três FFF continuam de boa saúde.
BANCA privada, nas mãos de boas famílias.	BANCA novamente privada, nas mãos de não se sabe bem quem...
BUROCRACIA de chefes, chefinhos e chefões.	Hurocracia do Nepotismo, Partidocracia e Nomenclatura.
Vê-se Cinema, frequenta-se Cafés.	Consome-se TV e Vídeo. Os Cafés transformam-se em Bancos.
HIPPIES!	YUPPIES!
Com o Salazar, era péssimo!	Contra o Salazar era muito melhor!
O nosso Primeiro não dava Cavaco a ninguém, mas foi-se de vez!	O Cavaco é o Primeiro, e alguma vez se irá!
Leis contra o Aborto: Aborto ilegal!	Leis que autorizam o Aborto: Aborto ilegal na mesma!
Fala-se muito, age-se pouco (é perigoso...).	Fala-se muito, age-se pouco (é chato...)
ALL YOU NEED IS LOVE!	ALL YOU NEED IS MONEY!
PÁTRIA SALAZAR DEUS	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Faça Você mesmo a sua pontuação. Não damos prémios. Jogue no Totoloto, Rotobola e Lotaria. Se ganhar, deixa de encontrar semelhanças. Só diferenças... e de que maneira!

Fernando Jesus Almeida

DIREITOS HUMANOS EM TIMOR

Relatório da Amnistia Internacional



Este relatório fornece um breve resumo das preocupações da Amnistia Internacional relativamente a Timor-Leste desde Agosto de 1990, quando a organização testemunhou perante o Comité Especial das Nações Unidas para a Descolonização.

Introdução

A situação dos direitos humanos em Timor-Leste não melhorou desde Agosto último. A organização continua preocupada com o risco constante de sérias violações descritas no seu relatório de então: constantes descrições de execuções extra-judiciais, o sistemático uso da tortura contra manifestantes políticos por parte de membros das forças de segurança, centenas de casos não resolvidos de "desaparecimento" e a prisão de, pelo menos dez alegados membros da Fretilin, condenados em julgamentos que a A. I. acredita não serem justos.

Detenções, maus tratos e tortura

Relatórios anteriores da A. I., descrevem o risco de detenções, tortura e maus tratos de alegados opositores políticos à actuação da Indonésia em Timor-Leste. Os suspeitos são, por norma, mantidos incomunicáveis em centros de detenção policiais ou militares ou residências particulares de alta segurança, por períodos que vão de algumas horas a várias semanas. A maioria sofre maus tratos físicos e psicológicos antes da libertação sem culpa formada. Uma minoria é mantida presa por períodos mais longos, mas poucos são oficialmente acusados ou julgados.

Do ponto de vista da A. I. este tipo de coisas acontece como estratégia sistemática para silenciar os autênticos ou suspeitos opositores políticos do governo e ainda para obter apoio político através da coerção e da intimidação.

A A. I. possui os nomes de mais de cem pessoas, estudantes na sua maior parte, jovens e funcionários públicos, detidos nos últimos seis meses por alegado envolvimento em manifestações pró-independência (aparentemente pacíficas) ou em actividades políticas. Muitos desses detidos foram maltratados ou torturados na prisão, tendo daí resultado a hospitalização de, pelo menos, cinco. Os maus tratos e tortura infligidos incluem agressões com barras de ferro, bastões, murros, queimaduras com cigarros, golpes com lâminas de barbear e imersão em água fétida por longos períodos.

A A. I. acredita que muitos destes detidos nos últimos meses, foram ou são prisioneiros de consciência. Apesar da maioria ter sido posta em liberdade, pensa-se que, pelo menos 20 continuavam presos em Dezembro de 1990; alguns deles tendo permanecido assim por várias semanas. Foram mantidos sob prisão em vários centros de detenção policiais ou militares e em casas particulares de alta segurança na baixa de Dili e nos distritos de Baucau, Lospalos, Viqueque, Maliana e Liquiçá. Em Dili os detidos são frequentemente levados para interrogatório para a Wisma Senopati I ou II, edifícios usados pelas forças militares especiais indonésias. Depois desse período de interrogatório, são conduzidos, por vezes, para a esquadra central da polícia em Dili (POLRES) onde são colocados numa cela, durante dias ou semanas, antes de serem libertados. Nos distritos acima mencionados os detidos políticos são, frequentemente, interrogados e mantidos sob prisão nos quar-

téis-generais do Comando Militar Distrital (KODIM).

A mais recente vaga de detenções começou na sequência de uma grande manifestação pró-independente que teve lugar pouco depois duma celebração católica em Lecidere, Dili, em 4 de Setembro de 1990. Apesar de não haver conhecimento de detenções no dia da manifestação, dezenas de jovens e estudantes foram detidos nos dias e semanas subsequentes. Em Outubro, as forças de segurança indonésias efectuaram incursões em muitas escolas de Dili, onde estudantes tinham, alegadamente, expressado simpatias pró-independentes. Fontes independentes disseram que mais de 50 pessoas foram detidas durante esse mês. Nos finais de Outubro, as autoridades militares indonésias em Timor-Leste confirmaram que 32 pessoas tinham sido detidas para interrogatório nas semanas anteriores e que outras 14 permaneciam presas. Três dias mais tarde outras 13 pessoas, incluindo uma rapariga de 12 anos e vários estudantes do ensino secundário, eram detidas pelas forças de segurança. Em Dili, Liquiçá, Ainaro e Motael foram presas mais 50 durante o mês de Novembro. Entre estas estavam jovens que tinham procurado refúgio nas igrejas paroquiais de Motael e Ainaro durante as prisões do mês anterior.

Entre estes presos em Setembro e Novembro de 1990 estava Aleixo Gama, estudante do Externato San José, que tinha sido já detido em duas outras ocasiões (17 de Janeiro e 4 de Junho de 1990). Segundo o relatório, foi torturado pelas forças de segurança indonésias em 10 de Se-



Concentração da FRETILIN em Turiscai.

tembro. Testemunhas oculares que o viram na prisão, dizem que ele apresentava sinais de tortura. Tinha sido imerso num tanque com água: o rosto estava inchado e apresentava várias feridas e escoriações; estava também extremamente fraco por falta de alimento. Foi libertado nos finais de Outubro ou princípios de Novembro mas foi novamente preso em Motael em 19 de Novembro conjuntamente com outros oito estudantes que tinham sido vistos quando se refugiavam na igreja paroquial local.

Aleixo Gama e mais três - Augusto Mausiri, José António e Carlos Aleong - foram gravemente maltratados durante a detenção. De acordo com os relatórios, os quatro tinham sido golpeados com lâminas e um deles, Augusto Mausiri, foi queimado com um cigarro. Aleixo Gama deu entrada, no mesmo dia, no hospital militar de Dili.

Dezenas de pessoas, muitas delas funcionários públicos locais e professores, foram presas no distrito de Liquiçá nas três últimas semanas de Novembro, acusadas de simpatizarem com a Fretilin. Pelo menos quatro, Filomeno Oliveira, Gregório dos Santos, Carlito dos Santos e Jorge Gonçalves, foram transferidos para a prisão da comarca de Dili, mas não se sabe de que foram formalmente acusada. Prisões similares tiveram lugar noutros distritos.

Em Dezembro, um funcionário público do distrito de Maliana e o seu irmão mais novo foram presos por militares (KODIM 1636) e acusados de envolvimento em actividades pró-independentes. Ambos, Adão e Carlos da Purificação, foram espancados aquando da sua prisão, interrogados e encerrados numa cela no KODIM.

A A. I. está a investigar as razões da prisão destes indivíduos e de outros, presos por razões similares, a fim de determinar se se trata de prisioneiros de consciência, encarcerados pelas suas actividades ou crenças políticas não violentas.

Detenções desconhecidas, "desaparecimentos" e execuções extra-judiciais

A A. I. está profundamente preocupada com o número de pessoas que estão a ser detidas de forma "desconhecida", alguns dos quais podem ter desaparecido.

O paradeiro de mais de 20 destes detidos entre Setembro e Novembro de 1990 manteve-se desconhecido durante vários dias antes de serem postos em liberdade.

Porque os presos políticos são, frequentemente, levados para locais onde permanecem incomunicáveis e porque as autoridades raramente tornam públicos os nomes destes detidos, o paradeiro e a causa das detenções podem ficar por esclarecer durante bastante tempo.

A A. I. documentou-se acerca de alguns casos de execuções extra-judiciais por parte de membros das forças de segurança em Timor-Leste, durante o passado ano. Alguns destes casos são descritos no relatório enviado ao Comité Especial das Nações Unidas para a Descolonização. Desde Agosto passado, dezenas de relatórios adicionais têm chegado à A. I. descrevendo execuções ilegais por parte das forças de segurança territoriais.

dos e à inerente gravidade das actuais alegações, a A. I. pensa que o governo tem a obrigação de investigar, prontamente, todos estes relatórios e tornar públicos os resultados de toda e qualquer investigação.

A A. I. e o Governo da Indonésia

A A. I. escreveu ao governo indonésio, em Dezembro de 1990, solicitando informação acerca do paradeiro e do estatuto legal das detenções feitas pelas forças de segurança em Timor-Leste, em ligação com outras manifestações e actividades pró-independentes desde Outubro de 1989. Foi pedida informação acerca da permanência na prisão de alguns destes detidos, e que fossem também urgentemente libertados todos aqueles que, por crenças ou actividades políticas não-violentas, tenham sido presos. Até ao fim de Janeiro último, nenhuma resposta havia sido dada pelo governo.

No mesmo comunicado, a A. I. reiterava recentes pedidos de informação relativa aos resultados de investigações feitas nas aparentes execuções extra-judiciais mencionadas nos relatórios, ou ainda relativa a qualquer outra investigação que tenha sido conduzida. Pedia-se, especificamente, informação acerca das medidas tomadas no sentido de julgar os implicados na execução extra-judicial de Cândido Amaral, descrita no relatório da organização dirigido ao Comité Especial das Nações Unidas para a Descolonização.

Infelizmente, também a isto o governo não respondeu até ao fim de Janeiro/91.

A A. I. tem solicitado constantemente ao governo indonésio que esclareça as suas intenções na protecção e promoção dos direitos humanos em Timor-Leste, permitindo que organizações internacionais de defesa dos direitos humanos, incluindo a A. I., visitem o território de forma oficial e regular, com vista a controlar a situação dos mesmos. Apesar destes constantes pedidos, a A. I. ainda não pôde visitar Timor-Leste.

Num encontro com representantes do governo indonésio, em Outubro de 1990, a A. I. reiterou os seus pedidos de visita a Timor-Leste. Foi-lhe dito ser "demasiado cedo" para que essa visita tivesse lugar, mas não forneceram razões para tal recusa. No seguimento deste encontro, a A. I. escreveu ao governo propondo uma série de conversações preliminares acerca de direitos humanos antes duma visita a Timor-Leste; até ao fim de Janeiro, o governo não tinha respondido.

A constante recusa do governo em permitir o acesso da A. I. ao território, contrasta fortemente com as suas frequentes declarações públicas de que Timor-Leste está "aberto", e que a visita de observadores estrangeiros e organizações internacionais será bem-vinda.

(Traduzido e condensado do relatório da Amnistia Internacional sobre Timor-Leste, datado de Janeiro de 1991)

CAMPANHA DE ASSINATURAS

ANUAL/4 NÚMEROS

Portugal	380 \$
Europa	800 \$
Extra-Europa	
Via normal	1000 \$
Via aérea	1200 \$

Os aumentos verificados nos preços das assinaturas no país e na expedição por via aérea para fora da Europa visam atenuar o aumento de encargos resultante das novas tarifas postais.

O pagamento poderá ser efectuado por cheque ou vale postal dirigido a A BATALHA, Apartado 5085, 1702 Lisboa Codex.

Recordamos aos assinantes a conveniência de renovarem as assinaturas em tempo útil, poupando-nos assim o trabalho e despesa que o envio de cartas-aviso necessariamente implica.

Informação e manipulação na Guerra do Golfo

A guerra acabou. Os senhores da guerra na América ficaram satisfeitos. Lideraram a coligação anti-iraquiana, mobilizaram e destacaram para a Arábia Saudita quinhentos mil homens, 75 por cento do poderio aéreo tático, 40 por cento dos tanques, realizaram mais de cem mil missões de bombardeamento. Tudo elaborado de acordo com o que os manuais designam por conflito de média intensidade. E com alguns atractivos - transmissão em directo, ao vivo, como se fosse um mero espectáculo.

Em frente do televisor o espectador assistia incrédulo, espantado, entusiasmado, indignado. Nem sequer o recordaram que já no século XIII (1258) um tal Hulagu Khan, chefe das hordas mongóis, havia destruído Bagdade ou Bogodá, como se dizia em vernáculo. Ao menos que lhe chamassem a atenção para as palavras que no século XVI Fernão Mendes Pinto escrevia na Peregrinação, postas na boca de um certo rei: "Conquistar esta gente terra tão alongada da sua pátria dá claramente a entender que deve haver entre eles muita cobiça e pouca justiça." A isto respondia um velho: "Assim parece que deve ser, porque homens que por indústria e engenho voam por cima das águas todas para adquirirem o que Deus lhes

não deu, ou a pobreza neles é tanta que de todo lhes faz esquecer a sua pátria ou a vaidade e a cegueira que lhes causa a sua cobiça é tamanha que por ela negam a Deus e a seus pais."

Repare-se - não é a voz do Velho do Restelo, é a voz do aborígene. Já há mais de quatro séculos que Fernão Mendes Pinto ouvia tais coisas. Hoje George Bush fala de legitimidade ("legitimacy"). Mas que legitimidade? Foi em nome dela que o Irão foi armado contra a União Soviética, o Iraque contra o Irão, a Arábia Saudita, o Egipto, Israel, a Síria, contra o Iraque. A destruição de um património histórico imenso, a utilização do napalm, a chacina da estrada de Baçorá, fazem parte dessa legitimidade. (A Business Week, de 11 de Março de 1991, escrevia: "Fechar o bazar de armas do Médio Oriente? Esqueçam isso.") É a manifestação mais irracional do sistema que a engendra. A Fortune, de 25 de Março de 1991, afirmava: "O custo monetário da guerra para os Estados Unidos pode ser de pouca importância. O secretário da Defesa, Dick Cheney, quer à volta de 68 mil milhões de dólares para cobrir os custos totais da guerra, incluindo os do regresso das tropas e a substituição do equipamento. Mas de acordo com Natalie Goldring, analista do

Projecto do Orçamento da Defesa, isso é demasiado. Uma razão: uma parte do dinheiro que os militares querem é para equipamento que apesar de tudo não foi usado. Goldring estima a conta real à volta de 47,5 mil milhões, teoricamente os Estados Unidos podem ter lucro com esta guerra." É a legitimidade do mercenário.

E todavia há quem a defenda na opinião pública, utilizando os argumentos mais esquizóides e paranóicos.

OS CÃES DE GUARDA DO IRRACIONAL

Se a televisão só transmitia imagens que os militares no terreno consideravam aptas, provas evidentes de que a democracia formal é incapaz de se defender utilizando os meios que apregoa (a censura não é apregoadada como prática democrática, mas foi abertamente utilizada na cobertura televisiva da guerra no Golfo), os grandes jornais internacionais procuraram, através de artigos de opinião, equacionar os prós e os contras da guerra. Um exemplo claro disto foi Le Monde.

Foi visível a olho nu que os comentadores na imprensa portuguesa seguiram

(Cont. na pág. 8)

سِطَ الْمَوْكِبِ تُرْسٌ لِيَدِكَ إِلَيْهِ
يَرْفُ بِهَا فِي وَجْهِ الْمَوْكِبِ
لِيَمْسُكَ الْإِيْزُ وَعَيْنُكَ إِلَى الْمَوْدِ
لَمَيْسِرَةٍ فَأَصْرَبَ بِيَدِكَ الْهَيْمَى
لِيَكْفِرَ مِنْ مَوْضِعِ الْجَهَادِ
أَسْرَفَسِكَ شِمَالًا وَعَطَى وَجْهَهَا
لَمَوْكِبِ فَيَقْتُلِ السَّيْفُ مَعَهَا

« SI VIS PACEM ... »

Da tribuna da ONU, em 1965, o papa Paulo VI dirigiu aos representantes dos Estados do mundo inteiro esta categórica apóstrofe: "Guerra, nunca mais!" E a locução latina tida por muito sábia "Se queres a paz, prepara a guerra" foi refutada por ele com esta outra: "Si vis pacem, para pacem" (Se queres a paz, prepara a paz). Soberanos ou subalternos, quantos pontífices daí em diante lançaram, como no passado, bênçãos a exércitos e armamentos, deveriam ser amaldiçoados; tanto, sem dúvida, como os fratricidas, com ou sem uniforme, que matam e destroem, e os utilitários conscientes ou não que fabricam, transportam, vendem ou adquirem material bélico.

É sabido que poderiam contar-se por milhões de toneladas as quantidades de papel que se imprimiram a favor da paz antes do discurso pacifista daquele que era à data chefe do Estado pontifício, sem que prédicas, exortações, homilias e perorações contra a guerra, ou esta mesma, hajam cessado. Nêscio seria quem o esquecesse, tendo aprendido que os esquecimentos se pagam caro.

Nunca uma frase equivale a um facto ou supre um acto. As palavras não podem desarmar a brutalidade armada e decidida, nenhum discurso pode anular as causas complexas nem remediar os efeitos múltiplos e nefastos de um conflito de interesses inconciliáveis; nem é possível aplacar a fome de uma multidão substituindo pães e peixes por sermões orais ou escritos. A relação entre o palavreado pacifista e o guerreiro manifesta-se com tal evidência que obriga a perguntar como se pode assim enganar tanta gente, ou deixar-se enganar, com um ou outro, ambos evasivos e ignominiosos.

A atenção que mereceu ao mundo a guerra do Golfo Pérsico, e que outras igualmente recentes e mais mortíferas não lograram chamar, não a suscitaram os advogados da paz nem os adversários dos regimes similares ao de Sadam Hussein. O ministro social-democrata do governo francês, Jean-Pierre Chevènement, desertou demitindo-se ao começarem as hostilidades; porém, tinha aceite com prazer a pasta da "Defesa" sabendo que a França se contava entre as nações que mais contribuíram a forjar o poderio militar da ditadura iraquiana. O papa actual remeteu-se às decisões da ONU e apelou, como todos os papas, à oração, pouco ou nada perturbado pela vozearia de ministros do seu e doutros cultos, confrontando-se obstinadamente sobre a guerra santa ou justa e a paz a qualquer preço. Os partidos comunistas autoritários fizeram as chocalhadas habituais, ajudados

desta vez por esquerdistas, liberais e até religiosos, de matizes variados, mas o eco formidável dos bombardeamentos abafou o seu ruído, ainda que estas Algarviadas organizadas venham a revelar-se úteis para ganhar sufrágios nas próximas eleições. Há que reconhecer igualmente que ninguém ensurdeceu com os gritos de precipitados catecúmenos libertários que se lhes juntaram, aqui ou além, pecando, pelo menos, por incautos.

É cabalmente certo que o inopinado interesse geral manifestado por uma guerra mais, entre as que não cessaram de troar neste século perante a indiferença da maioria que, mercê delas, disfruta de algumas sedutoras comodidades longe dos cenários ensanguentados, não teve a sua origem na actividade generosa dos inimigos da guerra. Quando muito, com a sua propaganda pueril e inútil, demonstraram decidida falta de vontade para romper com a rotina; demonstraram que continuam esperando tudo de mediadores com objectivos opostos aos seus; demonstraram ir a reboque do poder informativo manipulador dos que julgam que os seus poderes valem bem qualquer guerra, e que com esta se permitiram esbanjar habilidades para obter a adesão das massas ocidentais e equivalentes.

Os meios que a suposta paz de ontem

empregou com o fim premeditado de prosseguir a guerra doutra maneira parecem-se tanto àqueles a que a guerra recorre para assegurar a paz que já entre uma e outros se esfumaram as fronteiras, se algum dia as houve.

Estas guerras e estas pazes sem solução de continuidade obedecem a causas que devemos descobrir e atacar com eficácia. Não se preserva a paz produzindo e acumulando prodigioso instrumental destrutivo e mortífero e modelando em série mentalidades servis e guerreiras. A paz não se prepara com proclamações, ganhando-se com actos, fraternizando. As aparências de ordem e justiça em que faz crer a mentira oficial em todas as suas dimensões, sustentada pela credulidade e conformismo das suas vítimas, potenciais ou efectivas; o cretinismo político-religioso generalizado que pretende resolver com votos e preces problemas económicos, sociais e culturais autênticos e difíceis; o mercantilismo indecente que põe preço a tudo, com desprezo pelos seres e seu meio ambiente, tudo isto deve ser denunciado e combatido de forma eficaz, sem tréguas, se na verdade se ama a vida, se se quer a paz.

Liberto Sarrau

Morreu Émilienne Morin (companheira de Durruti)



Émilienne Morin (ao centro) no funeral de Durruti.

Barcelona, 20 de Novembro de 1936.

Em 14 de Fevereiro último, pelas 14.30 horas, falecia Émilienne Morin, que foi companheira do valoroso militante Buenaventura Durruti. Émilienne tinha sido transferida para o hospital de Quimper no domingo anterior.

Mimi, como costumávamos chamar-lhe, foi uma mulher de carácter, independente até ao ponto de, não podendo bastar-se a si própria, ter dado entrada numa casa de repouso de Quimper, povoação onde vivia sua filha Colette. Perto dela e dos netos, porém, sem ser um peso para ninguém.

Mimi tinha nascido em 1901, em Angers (França). Foi militante sindicalista. Desde muito jovem acompanhou o pai a reuniões operárias e sindicalistas, familiarizando-se deste modo com o meio.

Lola Iturbe, no seu livro "A Mulher na Luta Social", escreveu: "Conheci Mimi em Bruxelas nos princípios de 1928, já há muito unida a Buenaventura Durruti que, expulso com Ascaso de quase todos os países da Europa, se refugiou na Bélgica onde ambos lograram ser tolerados. Por aquela época quase todos os militantes anarquistas eram vítimas da repressão que se exercia contra estrangeiros

(...) Polícias e gendarmes acoassavam-nos com visitas domiciliárias, convocatórias e detenções que culminavam na expulsão. As acusações consistiam em ter assistido a uma reunião, comício ou, até somente, um passeio ao campo, que as autoridades consideravam sumamente perigosos para a vida do país. E assim se reuniram em Bruxelas muitos libertários espanhóis expulsos de França e doutros países."

Émilienne havia sido uma bela figura de mulher, de "tez clara e olhos azuis", enérgica, cujas convicções ideológicas e dotes oratórios se haviam manifestado em controvérsias públicas em Bruxelas. Proclamada a República (1931) Émilienne e Durruti voltaram a Espanha e incorporaram-se na luta. Ela colaborou na imprensa cenetista.

Como a maior parte das companheiras de militantes de primeiro plano passou muitas atribulações económicas, com Durruti quase sempre perseguido ou encarcerado.

Durante a sublevação fascista, guerra civil e revolução espanholas, Mimi alistou-se na coluna Durruti de que foi, durante algum tempo, secretária administrativa. Durruti caiu a 20 de Novembro,

defendendo a capital espanhola.

Émilienne tomou parte numa infinidade de actos públicos. Depois do êxodo de 1939, residente em França, colaborou, entre outros, nos periódicos Le Libertaire e S. I. A. (Solidariedade Internacional Antifascista).

Émilienne foi uma militante discreta. Em Novembro de 1977 foi solicitada, pelos companheiros de Barcelona que haviam pertencido à 26.ª Divisão (designação dada à coluna Durruti após a militarização das milícias), a assistir a uma Semana Confederada "Durruti", entre 21 e 27 de Novembro, no 41.º aniversário da morte do seu antigo companheiro. Émilienne esteve presente com a filha Colette nas cerimónias levadas a efeito naqueles dias.

Nos últimos tempos Colette ia vê-la amiúdas vezes e, vendo que a mãe havia perdido faculdades que lhe permitissem viver só, contratou uma pessoa para a ajudar em tudo o que fosse necessário. Ao mesmo tempo, para lhe amenizar a existência, arranhou uma pessoa para lhe ler em voz alta, com o propósito de que não lhe faltasse luz espiritual.

Sara Herenguer 5

SUÉCIA: SOCIEDADE

É curioso como pessoas doutros países parecem conhecer tanto acerca da Suécia. Sabem que a Suécia é rica, que é democrática e igualitária, que é um Estado de bem estar.

Não nego que isto seja verdadeiro numa perspectiva internacional mas, por detrás desta imagem dum estado perfeito existe certa realidade política, que creio peculiar à Suécia.

Tentarei descrever a sociedade sueca, não só porque ela é interessante em si mesma, mas também para descrever em alguma medida as condições sociais e políticas da vida na Suécia de forma a que possam ser delineadas as condições para a actividade sindical numa perspectiva sindicalista revolucionária ou anarco-sindicalista.

A SOCIEDADE E O SINDICALISMO NA SUÉCIA

A Suécia é, constitucionalmente, uma democracia parlamentar mas eu caracterizá-la-ia também como um "Estado corporativo" "baseado na classe trabalhadora". Esta última combinação é talvez insólita pelo que explicarei o que entendo por "baseado na classe trabalhadora" e de que maneira o Estado é "corporativo".

O Estado sueco desenvolveu-se sobretudo através da iniciativa política do Partido Trabalhista Social Democrata (PTSD) que é um genuíno partido da classe trabalhadora. Nos últimos 60 anos o PTSD, com o apoio do pequeno Partido Comunista, deteve o poder governamental (excepto durante seis anos em que houve diversos governos de coligação entre partidos liberais). O PTSD costuma obter entre 42 e 50% dos votos (duas vezes ultrapassou mesmo os 50%) e a maior parte dos seus votos provém da classe trabalhadora. Além disso quase todos os trabalhadores são membros da confederação sindical social democrata (LO) e, até há poucos anos, todos os membros do sindicato eram automaticamente membros do PTSD. Por conseguinte é importante caracterizar a sociedade sueca relacionando-a com o PTSD e a sua estratégia para o progresso social.

Na verdade diz-se muitas vezes que a Suécia é, senão o único, pelo menos o mais social democrático dos países do mundo.

O partido do governo dos últimos 60 anos é assim um partido da classe trabalhadora e, por este facto, podemos dizer que a Suécia é uma sociedade "baseada na classe trabalhadora". Para melhor compreensão deste último ponto caracterizarei a relação entre o partido e os sindicatos, já tendo dito atrás que os trabalhadores são na sua esmagadora maioria membros da central sindical social democrata LO.

Uma das características é o controlo dos sindicatos operários pelo PTSD. Há uma aliança entre o partido e a central sindical LO que, embora se diga de colaboração entre ambos, tem por finalidade a subordinação dos sindicatos ao partido. De acordo com a ideologia social democrata o movimento operário tem dois braços, político e sindical. Mas um deles, o partido, tem prioridade e as acções do outro - sindicatos - devem depender e corresponder à política do PTSD.

Uma das consequências desta subordinação foi a perda de capacidade dos trabalhadores para auto-iniciarem e auto-controlarem as suas movimentações. Outra consequência foi a maior centralização, tanto do partido como dos sindicatos.

Durante o século XX os operários suecos têm estado organizados sindicalmente em larga escala. Mais de 90% dos trabalhadores são membros dum sindicato e, se nem sempre a filiação foi tão maciça, os operários suecos tiveram sempre um índice de filiação superior ao dos outros países. Se acrescentarmos a isto que quase todos estes trabalhadores organizados são membros de sindicatos social democráticos vê-se claramente o monopólio social democrata na organização da classe trabalhadora sueca. Evidentemente, esta foi a escolha dos trabalhadores suecos!

Embora o PTSD se baseie na obediência - centralismo é força, diz-se - o par-

tido depende do apoio dos trabalhadores. Por conseguinte a sua política deve corresponder às exigências daqueles.

No princípio do século XX a questão mais importante para o PTSD era a luta pelo sufrágio universal. A Suécia, como todos os outros países europeus, era por essa época uma ditadura de classe. Só os proprietários e os ricos tinham direito a voto. Os direitos políticos eram negados à classe trabalhadora. A burguesia e os seus partidos eram evidentemente contra a extensão do sufrágio uma vez que os trabalhadores passariam a constituir a maioria do eleitorado. O PTSD sabia, por seu lado, que mais cedo ou mais tarde chegaria ao poder numas eleições gerais.

Em 1921 os trabalhadores (homens e mulheres) conquistaram o direito de voto mas só em 1930 conseguiriam os social-democratas chegar ao poder. Uma vez no governo a sua estratégia foi usar o poder para contrabalançar o poder, sobretudo económico, da burguesia. Deste modo classe operária e capitalistas puderam coexistir. A ideia central dos social demo-

-se que os pobres da Suécia são os mais ricos dos pobres da Europa. E isto dá talvez a medida do que a classe operária sueca ganhou.

A Suécia é também um "Estado corporativo". Pode ser que todas as sociedades avançadas funcionem corporativisticamente, porque existem nelas grupos de interesses bem organizados. Mas talvez o corporativismo sueco seja principalmente fruto da colaboração de classes social-democrática. A política do PTSD visa equilibrar os interesses dos patrões e dos trabalhadores através da mediação dum Estado forte e centralizado.

Relatarei alguns marcos importantes no desenvolvimento do corporativismo sueco. Em 1906 uma longa luta da LO pelo direito de organizar os operários alcançou o reconhecimento patronal. Isto ocorreu através de um acordo entre a organização patronal e a sindical (LO). Mas a vitória teve preço. Os sindicatos viram-se forçados a reconhecer por sua vez o direito dos patrões a decidir em última análise da organização do trabalho na empresa e a contratar livremente o pessoal.

EPÍTOME CRONOLÓGICA DO MOVIMENTO OPERÁRIO SUECO

- 1830/40 - Saint-simonianos; comunismo cristão (pastor Radberg)
- 1848 - Per Gotrek, da Liga dos Comunistas, traduz para sueco o Manifesto Comunista de Marx-Engels
- 1860 - Associativismo de classe de índole mutualista
- 1878/79 - Greve dos trabalhadores florestais (madeiros); intervenção militar e utilização de "amarelos" para vencer a greve
- 1881 - August Palm regressa da Dinamarca e Alemanha e introduz na Suécia a Social Democracia de modelo germânico. Funda os jornais Folkviljen (A Vontade do Povo) e o Social Democrata.
- 1886 - Grande reunião sindical em Estocolmo onde se faz ainda sentir forte influência dos liberais
- 1889 - Fundação do Partido social democrata com base em 89 associações operárias (estrutura indirecta, tipo partido trabalhista inglês)
- 1891/92 - Greve dos mineiros por melhores salários e reconhecimento dos direitos sindicais. Os donos das minas formam a união patronal
- 1898 - Constituição da confederação sindical LO (lands-Organisationen) com forte ligação ao partido social democrata
- 1902 - Greve geral em favor de extensão do direito de voto, derrotada. Criação da confederação patronal S.A.P. (Svenska Arbetsgivare Föreningen).
- 1903 - Jovens socialistas iniciam campanha em favor da greve geral como método de mudança social radical (influência da CGT francesa)
- 1908 - Ofensiva patronal com despedimentos e lock-outs sucessivos
- 1909 - Greve geral de um mês, abrangendo 300.000 trabalhadores (derrotada). A juventude socialista convoca congresso para criticar o comportamento da LO na condução da greve
- 1910 - A federação dos trabalhadores florestais e madeiros convoca conferência para criar nova central sindical, que tem lugar no verão desse ano. A S. A. C. (Sveriges Arbeters Centralorganisationen) apoia-se principalmente nos trabalhadores florestais, das pedreiras, ferroviários, construção civil e mineiros. O seu número sobe de 700 a 32.000, nos dez anos subsequentes enquanto a LO passa de 85.000 a 280.000, no mesmo período



Sede da SAC em Estocolmo.

cratas, contrariamente à dos comunistas e anarquistas, era de que a classe operária beneficiaria mais utilizando o capitalismo como vaca leiteira do que optando pela revolução armada.

Diz-se muitas vezes que social-democracia é "colaboração de classes" e, portanto, rejeição da luta de classes. É verdade que o PTSD rejeita o tipo de luta de classes defendido pelos anarco-sindicalistas e comunistas, cujas diferentes modalidades de luta de classes visam a revolução; mas o PTSD nunca rejeitou totalmente a luta de classes, apenas a concebeu de modo diferente. A sua ideia é que a luta da classe trabalhadora visa defender os seus interesses materiais e pensa que a melhor maneira de o conseguir é através da colaboração de classes.

Portanto a sociedade sueca "baseada na classe trabalhadora" é o produto dum luta de classes em que as forças principais são o patronato organizado e o PTSD, incluindo os seus sindicatos.

Esta ideia de colaboração de classes tem sido extremamente importante no modelar da sociedade sueca. De facto estabeleceu as condições da vida social e política do país. A denominada "paz laboral", noção essencialmente sueca (ideia de paz entre patrões e operários, ausência de greves, de que a cooperação funciona, etc.) tem grande impacto e é dificilmente contestável.

A paz laboral é necessária ao funcionamento da economia sueca. Cria estabilidade na importante produção industrial. Deste modo os lucros capitalistas aumentam e são de novo investidos e em maior escala. A economia torna-se forte e sólida. Os salários podem subir e isto dá ao Estado maiores rendimentos através dos impostos. O governo do PTSD utiliza-os para melhorar os sistemas de segurança social, educativo, habitacional, etc. Diz-

Do ponto de vista de muitos trabalhadores este era um acordo que cancelava a luta de classes e a ideia do controlo da produção pelos trabalhadores. Por esta razão o sindicato dos gráficos só muitos anos mais tarde viria a filiar-se na central sindical LO.

Encarado à luz actual este acordo de 1906 foi a pedra basilar na construção do corporativismo sueco - o fertilizante da paz social.

Em 1928 a maioria parlamentar não socialista bania legalmente as greves que não tivessem permissão dos sindicatos. Esta lei tornava mais difícil a acção directa dos trabalhadores. Uma vez que estes necessitavam agora dum autorização para entrar em greve a lei reforçava o centralismo sindical.

Em 1928 foi criado o Tribunal de Trabalho, por nós, sindicalistas, abominado. Este tribunal é um tribunal corporativo que tem por fim exclusivo julgar os conflitos de trabalho de acordo com a legislação laboral. É constituído por representantes do Estado, das organizações patronais e das três maiores organizações de assalariados.

Quando a lei foi posta em prática a LO protestou mas poucos anos depois, quando o PTSD subiu ao poder, a lei não foi revogada*.

* A acção do tribunal do trabalho é muitas vezes repressiva. Se trabalhadores membros da LO decidem entrar em greve e o fazem sem permissão dos órgãos centrais do seu sindicato a greve é ilegal e o tribunal de trabalho pode punir os trabalhadores. É absurdo que os representantes sindicais neste tribunal, os representantes dos trabalhadores, condenem os trabalhadores em conjunto com os representantes do patronato.

E SINDICALISMO

Mas acima de tudo o corporativismo sueco está associado com o ano de 1938. Neste ano a LO e a SAF (confederação patronal) assinaram um acordo chamado o *Saltsjobaden avtalet*. A ideia de colaboração de classes é também designada pelo nome do local em que o acordo foi assinado - *Saltsjobaden*. É o chamado espírito de *Saltsjobaden*.

Este *Saltsjobaden avtalet* estipulava a centralização das negociações e decisões relativas aos contratos colectivos de trabalho e, deste modo, tornavam mais estável a paz laboral.

Nos anos cinquenta, penso, os representantes dos patrões e os das grandes organizações de assalariados passaram a encontrar-se com o primeiro-ministro na sua residência, em Harpsund, para discutir economia. Nestes encontros informais são, de facto, tomadas as decisões económicas e sociais.

Podemos dizer que a Suécia tinha uma ideologia corporativa hegemónica até princípios de 1980, altura em que foi posta em causa pelo neo-liberalismo da SAF. A SAF já não desejava negociações centralizadas nem a intervenção estatal na economia.

Esta construção estatal corporativa, levada a cabo pelo PTSD tem sido sempre criticada, tanto à esquerda como à direita, mas, até hoje, o PTSD tem sido capaz de manter a iniciativa política e de prosseguir esta construção.

Desde princípios de 1980 esta construção estatal tem sido seriamente posta em causa pela direita - neo-liberais das organizações patronais - através de campanha ideológica maciça e persistente com vista à institucionalização duma economia de mercado livre e ao fim da intervenção estatal, nomeadamente no âmbito social, e ao "poder dos sindicatos".

Com esta campanha conseguiram conquistar a iniciativa ideológica na sociedade sueca. Para muitos o neo-liberalismo parecia mais novo e poderoso que o velho "socialismo" do PTSD e, durante a década de 80 experimentamos a transformação das soluções de bem estar em soluções de mercado.

A internacionalização do capital repercute-se nas unidades políticas - os Estados. Para os neo-liberais a presente conjuntura económica sueca caracteriza-se por alta taxa de inflação e altos custos de produção, comparativamente à dos países da CEE. Em consequência do que a Suécia perdeu capacidade competitiva. Os problemas económicos são imediatamente problemas políticos. Os neo-liberais dizem que no quadro institucional sueco é impossível resolver os problemas económicos, mais ainda, esse quadro institucional está na origem dos problemas económicos.

O bem estar social é providenciado pelo sector público estatal através de altos impostos que são depois repartidos por meio dum sistema de segurança social controlada pelo Estado. Este sistema é vasto e pouco eficiente, em termos de custos-benefícios, pelo que acelera a inflação. Combinado com sindicatos fortes que promovem salários elevados e, por conseguinte, aumento dos custos de produção, contribuem para reduzir a competitividade sueca.

Os neo-liberais dizem que a Suécia necessita mudar de sistema: mais economia de mercado significa melhor relação custos-benefícios e, juntamente com sindicatos mais fracos, salvará e reforçará a economia sueca a longo prazo. Os neo-liberais contestam o "Estado baseado na classe trabalhadora" mas não o seu corporativismo, pois este pode ser eficazmente utilizado para enfraquecer os sindicatos. Isto seria indispensável para manter, a longo prazo, níveis baixos de desemprego, aceitáveis até pelos socialistas-democratas tradicionais. Por enquanto, contudo, o governo é formado pelo PTSD e não pelos neo-liberais.

O ESTADO CONTRA OS TRABALHADORES

No inverno de 1989/90, quando decorriam as negociações de contratos colectivos de trabalho (sobretudo níveis sala-

ria) o governo do PTSD interveio dizendo ao povo que se atravessava um período de crise económica. Adoptando a análise dos neo-liberais, apelava aos patrões e aos sindicatos para se comportarem responsabilmente, concordando em não haver ou haver apenas ligeiros aumentos de salários.

As negociações continuaram, os grupos mais favorecidos assinaram contratos que lhes concediam grandes aumentos mas, no momento em que o sindicato do pessoal autárquico (filiado na LO) se viu na contingência de entrar em greve se não fossem tidos em consideração os seus pedidos de aumento, o governo do PTSD declarou que não podia tolerar a descalabro da economia, que proibiria por lei as greves e que legislaria no sentido de congelar os salários e os preços.

O patronato considerou esta política como "dura" mas necessária, pelo menos no respeitante à proibição das greves e dos aumentos de salários. Por outro lado, muitos trabalhadores, sobretudo autárquicos, ficaram furiosos e alguns entraram ilegalmente em greve (greve selvagem) contra a proibição de greve.

O direito à greve é considerado o mais importante direito dos trabalhadores, última defesa contra a injustiça social. E a intervenção governamental ocorreu quando alguns grupos profissionais mais favorecidos já tinham obtido aumentos que os empregados autárquicos nem sequer haviam tentado solicitar. Muitos trabalhadores entenderam a ameaça do governo (leis anti-sindicais) como um meio de os fazer pagar, eles só, a crise.

Esta política foi decidida numa reunião entre o governo, o comité central do PTSD e o secretário-geral da LO (os dois últimos sendo considerados os braços do movimento operário). Diz-se que a proibição da greve foi sugerida pelo secretário-geral da LO e que os outros secretários dos diversos sindicatos o apoiaram. Desta vez o governo não ganhou. Os funcionários autárquicos conseguiram o contrato de trabalho que desejavam e, graças aos protestos (especialmente a greve da SAC) o governo não se atreveu a proibir as greves e a impôr o congelamento dos salários.

Para as negociações dos contratos de trabalho do inverno de 1990/91 o governo



Manifestação de militantes da SAC durante a greve de 1990.

criou um grupo (Rehnberg Kommissionen) que devia negociar um contrato "estabilizador" da economia. Este contrato estipularia aumentos salariais pequenos ou nulos e restrições sindicais que visavam enfraquecer os sindicatos face ao patronato. Se o acordo não fosse assinado voluntariamente o governo legislaria no sentido de fazer cumprir aquelas cláusulas. O patronato mostrou-se satisfeito e, no momento em que estamos escrevendo, parece que os sindicatos assinaram um contrato "estabilizador" deste tipo, mesmo aqueles que anteriormente haviam declarado não o assinar.

Para o sector público, será provavel-

mente assinado um contrato que concede pequenos aumentos salariais e que estipula várias restrições voluntárias à actividade sindical. Estas tornarão mais difícil fazer legalmente greve, ilegalizam greves de zelo ou de braços caídos (ou outra obstrução ao processo produtivo) e banem tipos de greve considerados perigosos para a sociedade.

Esta restrição voluntária das possibilidades de acção sindical conduzem ao confronto entre dirigentes sindicais e filiados, estes últimos pouco desejosos de verem limitada a sua esfera de acção. As multas por "greve selvagem" aumentarão espectacularmente. Mas disciplinará isto os trabalhadores? De acordo com os jornais suecos alguns trabalhadores disseram não precisar mais do sindicato e estar na disposição de recorrer brevemente à "greve selvagem".

Para concluir referir-me-ei ao sindicalismo revolucionário sueco, materializado na SAC. Esta sempre considerou negativa a estratégia do PTSD, tanto no que respeita a subordinação dos sindicatos ao partido como na sua acção estatizante. Esta cria instituições que não ficam nas mãos dos trabalhadores ou sob controlo das classes mais desfavorecidas. Um governo trabalhista é uma ilusão quanto ao controlo da sociedade pelos trabalhadores, uma vez que o poder real reside no controlo da produção e esta, a despeito do governo, está nas mãos da burguesia. Uma sociedade "baseada na classe trabalhadora" e concebida como mera posse do poder governamental (e não no controlo dos trabalhadores) vive num tempo emprestado. Quando a economia de mercado capitalista não emprestar mais tempo ao Estado este, mesmo "baseado na classe operária", virar-se-á contra os trabalhadores e mostrará quão facilmente o Estado se transforma em "Estado baseado na burguesia". Mas o desenvolvimento da sociedade sueca revela também que é ilusória a concepção anarquista de que o poder conferido por uma eleição geral é uma ilusão.

Continua porém a ser verdade que a classe que controla a produção tem o poder último.

Hoje, quando as perspectivas social-democráticas perderam credibilidade e o partido se volta contra os trabajado-

EPÍTOME CRONOLÓGICA DO MOVIMENTO OPERÁRIO SUECO

- 1914/18 - Luta pela jornada de 8 horas. Dificuldades de abastecimento conduzem a manifestações de rua e distúrbios com intervenções policiais frequentes
- 1917 - Congresso da LO proíbe greves não convocadas pelos órgãos centrais. Expulsão de elementos de esquerda. Aparecimento de embrião do P.C.
- 1921 - Constituição do P.C. Sufrágio universal incluindo voto feminino
- 1924/26 - A S. A. C. atinge os seus maiores efectivos de sempre: 37.000 membros
- 1928 - Instituição dos acordos colectivos de trabalho (proposta socialista). Greve geral simbólica de 3 horas
- 1931 - Demonstração de trabalhadoras em Adalen (grande depressão) seguida de intervenção militar com 5 mortos e muitos feridos. Manifestações porto do país (100.000 manifestantes desfilam em Estocolmo). O organizador da manifestação é condenado a ano e meio de prisão, o oficial que ordenou o fogo a 8 dias de detenção domiciliária
- 1936/39 - Cerca de 300 suecos (comunistas e sindicalistas) alistam-se nas forças republicanas espanholas. Um terço morre em combate
- 1938 - Acordos sindicais/patronais de *Saltsjobaden*. Centralismo crescente da LO
- 1939/45 - Neutralidade colaborante com a Alemanha
- 1945 - Greve dos metalúrgicos durante 4-6 meses (derrota). Acordos LO/SAF para dificultar emprego dos filiados da SAC
- 1954 - Federação dos transportes LO assina acordo com patronato a despeito de, em referendo, se houverem pronunciado contra o acordo 86% dos trabalhadores
- 1960/70 - Greve de mineiros por melhores condições de trabalho, higiene, salários. Concedido aumento salarial, recusadas as outras condições
- 1975 - Greve dos trabalhadores florestais por passagem a salário mensal e controlo das condições de trabalho.
- 1980 - Greve geral (LO e SAC) durante o governo conservador/camponês liberal.
- 1982 - A coligação de direita perde as eleições e o PTSD volta ao governo após seis anos na oposição.
- 1989 - Greve dos professores que não aceitam a sua transferência do ministério da Educação para os municípios.
- 1990 - Greve da SAC e de elementos da LO (transportes colectivos, pessoal autárquico) contra a proibição da greve pelo governo. Trata-se duma greve selvagem a dos sindicatos da LO.

Leif Wegerman
Militante da S.A.C.

Conhecer e sentir ideias

O anarquismo como filosofia de vida está sendo estudado e discutido em teses de doutoramento nas universidades brasileiras. Segundo um ilustre professor, só em S. Paulo, 190 universitários em final de curso pesquisavam nos arquivos sociais motivos para escrever e defender teses baseadas no anarquismo, anarco-sindicalismo e movimento operário apolítico anterior a 1935.

Por sua vez, editores que não há muito nem queriam ouvir falar de anarquia, a não ser para ridicularizar certas situações, reconsideraram as suas "convicções comerciais" passando a publicar obras clássicas do anarquismo e teses com o fito de que seus autores ajudassem a vender a edição nas faculdades, onde o número de curiosos é cada vez maior. Alguns chegam a frequentar o Centro de Cultura Social de São Paulo e do Rio de Janeiro, fazendo palestras sobre as suas pesquisas e "descobertas" anárquicas, movidos pela curiosidade e pelo entusiasmo que, mais adiante "esquece", principalmente quando conseguem um bom emprego no Estado e/ou entram na política.

Outros chegam a conhecer bem as ideias, a expô-las com desembaraço e clareza, escrevem artigos e/ou prospectos no 1.º de Maio e outras datas históricas, convencidos de que antes deles não se disse nada melhor. Chegam, inclusive, a formar grupos enquanto estudantes e/ou recém-formados e, aproveitando-se da sua formação intelectual, alguns menosprezam até aqueles que abraçaram os ideais libertários nos locais de trabalho, na oficina, na fábrica, na construção civil e noutras escolas profissionais de produção, univer-

sidades da vida. Esquecidos de que foram estes operários que lhes proporcionaram estudos gratuitos, roupa, calçado, transporte e comida por muitos anos, uma vez doutores ou burocratas exploram impietosamente, às vezes até com boa dose de cinismo, aqueles que responderam pelo seu sustento enquanto estudavam. Muitos chegam a ganhar de longe aos patrões, principalmente aos donos de pequenas firmas que trabalham lado a lado com os empregados, tanto na cobrança de seus "honorários" quanto na caça às propinas e ao parasitismo de que são mestres. E ninguém os critica, senão sai imediatamente: "Sabes com quem estás falando?"

Mas nem todos estão neste modelo, existem exceções; e ainda bem!

Para nós não basta conhecer o anarquismo, é preciso senti-lo!

Filosofia de vida, o ideal acrata só resiste ao tempo se absorvido em forma de educação, informando todas as atitudes e comportamentos diários: no lar, nos locais de trabalho, na convivência com conhecidos e desconhecidos, tornado ética de todos os dias. Ética possível - dentro do mundo de violência, exploração e desigualdades em que somos obrigados a viver - no convívio social, profissional, familiar e humano.

Muita gente que deflagrou movimentos estudantis, discursou e obteve apoio para estudo e alimentação gratuita, uma vez formados fazem greve por aumentos salariais e redução da jornada de trabalho (alguns só trabalham 20 horas semanais) e, livres pela greve e com vencimento garantido, ocupam-se noutras empregos particulares onde os salários são mais com-

pensadores.

Em contraposição o trabalhador produtor de riqueza não tem quem o atenda e quando chega à presença do doutor é mais mal recebido do que pelo patrão.

Mas nem tudo está perdido: das cinzas estão surgindo movimentos ecologistas, alguns efectivamente preocupados com a preservação da natureza (outros por adesão à moda), as "rádios piratas" e a televisão clandestina que emite na zona sul do Rio de Janeiro. Não se pode pensar que os ecologistas salvarão as matas da ganância das madeireiras, dos pecuaristas, que operam com a convicção do Estado, mas os seus protestos alertam a população brasileira para a devastação que, se não for contida irá encurtar a vida tanto dos brasileiros com baixos como com altos salários.

É claro que só por si a ecologia e/ou os aumentos salariais não resolvem a questão social, não satisfazem os ideais anarquistas. Estes pretendem o fim dos salários (altos ou baixos), processo capitalista e estatal para prorrogar a legal exploração do homem pelo seu semelhante. O libertário quer a derrocada do sistema capitalista, o fim dos salários, do Estado e a implantação de uma sociedade de iguais em direitos e deveres, em conformidade com as possibilidades de cada um.

Para divulgar estes conceitos o Centro de Cultura Social de São Paulo mantém, com carácter permanente, cursos, palestras e venda de livros e jornais anarquistas.

O seu esforço pela palestra e venda de obras libertárias vai atraindo jovens dispostos a contestar o sindicalismo polí-

tico, com manifestos sobre o 1.º de Maio e os boletins "Combate Sindicalista", pregando a "emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores", proposta pela AIT, há muitos anos.

O anarquista concorda com Nietzsche quando afirmou: "Estado chama-se o mais frio dos monstros frios. É frio também quando mente com aquela mentira rasteira que sai da sua boca: Eu, o Estado, sou o povo... mas o Estado sabe mentir em todas as línguas... Nele tudo é falso", inclusive o decretar aumentos salariais e redução de horários de trabalho, dizemos nós!

Todos sabemos que não há riqueza (abundância) sem trabalho produtivo; o que se precisa é dividir equitativamente o produto desse esforço.

Por isso o anarquista não vê - senão como anestésico - os aumentos salariais e outras "regalias" concedidas pelo patronato e/ou pelo governo, com a agravante de que tais "benefícios" são sempre pagos pelo povo.

O anarquismo parte do homem para a colectividade e, associando-o em todas as actividades profissionais, sociais, culturais, artísticas e de investigação científica, considera negativa qualquer forma de governo e/ou proposta que o prorrogue.

O anarquismo não é uma seita exclusivista - ideia, acção e realização social - procura a cooperação de todas as pessoas de consciência animadas por sentimentos de justiça social, para a conquista da liberdade integral - que é a base da própria felicidade - sem deixar de distinguir o conhecer ideias do sentir ideias.

Edgar Rodrigues

Informação e manipulação na Guerra do Golfo (cont.)

uma cartilha diferente da dos opinadores de *Le Monde* ou até do *International Herald Tribune*. Tome-se como comparação um jornal de alta definição - o *Público*. Apesar das roupagens e das máscaras socioinformativas, facilmente se descortina em alguns dos seus colaboradores uma certa dose de alta fidelidade para com os interesses do capital. Tudo o que fosse uma certa crítica à situação que não se enquadrasse nos parâmetros definidos pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e pela Administração americana era automaticamente rotulado de antiamericanismo. Daí um certo idiotismo, uma certa imbecilidade, uma certa irracionalidade na apresentação dos assuntos.

Alguns exemplos: João Carlos Espada descobriu que o linguista americano Chomsky é famoso pelo seu antiamericanismo e que possui um raciocínio "que é uma excelente ilustração do reaccionarismo historicista" (*Público*, 29-1-91). Para um ex-pró-chinês e ex-pró-albanês como JCE não está mal!!!

Francisco Sousa Tavares, depois de disparar uma série de tiros de pólvora seca contra o "pacifismo pateta" (*Público*, 2-2-91), defende assanhadamente (16-2), evocando a "efectividade da lei", o envio de um corpo expedicionário português, comandado por ele, general de dois escudos (ou dois e quinhentos?), pago em marcos, depositados na Suíça, para evitar ser acusado de tráfico de divisas. A entrada de Sousa Tavares em Bagodá deveria de ser uma coisa interessantíssima, transmitida em directo pela CNN. Nem se consegue imaginar um salto-partidos a saltar o Chate Alárbabe.

Eduardo Prado Coelho, antigo "intelectual comunista", propõe-se a tarefa de desconstruir não só o regime do Iraque mas também o seu chefe de Estado. Como? "Mas seria ingenuidade pensar que a libertação definitiva do Kuwait não passa pelo desmantelamento radical do poder militar iraquiano. O que passa também de um modo inevitável pela eliminação política de Saddam Hussein. E, para nada esconder do que me vai na alma, diria mesmo que, numa hipótese mais risonha, pela eliminação física de Saddam Hussein." (*Público*, 4-2-91). A caminho do Iraque lá vai o é-pê-cê desconstruindo, matando e rindo.

Podíamos continuar as citações, mas

fique-mos pela exemplificação destas três tentativas para manter o "estado de torpor" em que elas proliferam, procurando sempre impedir que se vislumbre aquele "ponto inexplicável de contacto" que, como dizia um poeta, "deve existir entre o rumo das constelações e o amor de que são capazes entre si os lobos" (António Osório).

O pró-americanismo doentio dos três opinantes afasta-se completamente da opinião dos grandes americanos como Donald Judd, que na Áustria apresentou a sua arte contra a guerra; como Barbara Kruger, que pintou o seu comentário na fachada da Galeria Mary Boone em Nova Iorque: "Look for the momento when pride becomes contempt" - começava "who is free to choose?", passava por "who speaks? who is silenced?" e terminava "who laughs last?"; como aqueles milhares de americanos que em São Francisco (um símbolo, São Francisco) desceram à rua para dizer que a vida, a liberdade, a procura da felicidade não se defendem com bombardeamentos maciços, que tudo matam, tudo destroem, não resolvem nenhum problema e só complicam.

UMA INFORMAÇÃO ALTERNATIVA

A maneira como a maioria dos meios de comunicação se comportou durante a crise do Golfo levanta problemas a todos os que lutam pela transformação radical desta sociedade. Basta ver a cobertura que deram às manifestações pacifistas. Claro, como aparelhos ideológicos do Estado que são cumprem a sua função: embriagar, distorcer, alienar. Para combater toda esta cultura afirmativa é necessário desenvolver e aprofundar uma perspectiva crítica que possibilite um confronto efectivo com as castas dominantes na comunicação, num terreno onde a influência se exerce de forma contraditória - o campo do quotidiano. É aqui que a formação de decisões, a capacidade política, o cálculo de riscos se jogam. É aqui que a informação é necessária em tempo útil. É aqui que é necessária uma informação alternativa. As próximas lutas - há mais marés que marinheiros - podem ajudar a criá-la. Veremos.

Júlio Palma

Reflectindo sobre Anarquismo

Como é óbvio, os anarquistas pensam e aspiram poder vir a viver um dia numa sociedade livre de preconceitos, onde não tenham cabimento exércitos ou polícias, forças sempre prontas a perpetuar regimes de opressão. Onde também as igrejas não exerçam a influência narcotizante sobre largas áreas da população que, não querendo pensar por si, consubstanciam através da sua preguiça mental o estado de grilhetas em que vegetam. Enfim, uma sociedade onde a palavra Estado seja remota e fugidia ilusão, lembrança fugaz que se dilui no tempo sem resquícios de materialização: nem burocratas nem burocracias nos caminhos por nós a percorrer, porque os queremos limpos dessas piranhas que desde sempre nos têm sugado a vida e deslumbram com promessas que não cumprem.

Os anarquistas quererão um mundo onde o homem se sinta parte dos outros homens, onde o mal dos outros seja por nós sentido, onde a solidariedade, a compreensão, o amor e a justiça sejam constantes da vida. Mas este mundo, como encontrá-lo, onde construí-lo? Como moldar o homem actual, para que possa aceitá-lo? Há cem anos teria sido mais fácil? O homem saído da Idade Média tinha deixado para trás uma vida de humilhação, fazia por esquecer o odioso da Inquisição, com o seu cortejo hediondo de torturas, na ânsia de submetê-lo a uma igreja que tinha por padroeiro o Cristo-Deus feito de paz, compreensão e amor.

Não querendo fazer futurologia, temos que arriscar o lançamento de uma acha na fogueira da discussão que estes pontos possam suscitar.

A industrialização despontou na América e, com ela, o progresso e as novas tecnologias inundaram a Terra e a Europa e o mundo não ficaram indiferentes às novas perspectivas que se lhes deparavam! Seria essa a época de transição ideal para o homem procurar novos rumos a imprimir à sua vida, para tentar a revolução social? Talvez!

Os Estados (nações) viviam orgulhosamente virados para si, tentando a sobrevivência, os seus meios de defesa eram embrionários e o operariado tinha força e transmitia-a aos sindicatos (associações de classe) que por sua vez davam origem a uniões, federações e confederações, representadas, ao mais alto nível, pelas Internacionais de Trabalhadores. Sair duma vida de miséria era tarefa ciclópica que teria de ser levada a cabo por muitos, com o apoio firme, resolutivo e consciente de multíssimos. Lia-se Kropotkine e Bakunine, discutia-se anarco-sindicalismo e anarquismo, fundavam-se sociedades cooperativas, organizadas e dirigidas por trabalhadores, mas não foi o bastante para o que era necessário fazer. É que a falta de cultura era aterradora e, daí, a razão do fracasso.

Enfim, a promessa que pairou nos nossos horizontes e na letra do hino que cantava

*Surgindo vem ao longe a nova aurora
Que os povos há-de unir e libertar*

não teve expressão prática. Como fogo fátuo brilhou para logo se diluir, mas algo de imorredouro ficou, apontando que tudo ficou em aberto.

António Luís

Morreu Aguinaldo Silva

Aguinaldo José Silva nasceu em Setúbal a 7 de Setembro de 1905. Começou a trabalhar aos 9 anos de idade na indústria conserveira. Aí fez um pouco de tudo até se especializar em máquinas, passando a trabalhar nas prensas. Trabalhou algum tempo na S.I.S., empresa onde estava então empregado José Bernardo (Filho). Mais tarde trabalhou na "Mecânica Setubalense", seu último emprego, onde estava colocado, nessa época José Bernardo (Pai), destacado militante confederal e libertário que cumpriu longa pena de prisão no Tarrafal, juntamente com Jorge José da Silva, irmão do Aguinaldo. Tal como os outros companheiros que acabamos de referir Aguinaldo Silva integrou sempre o núcleo, outrora numeroso, de militan-

tes anarco-sindicalistas setubalenses (tão numeroso que Setúbal mereceu o epíteto de Barcelona portuguesa) e era assinante e apoiante de A BATALHA. Em novo gostava de cantar o fado e de participar em cégadas. Mesmo já idoso e doente costumava estar presente nos almoços anuais de confraternização que os companheiros de Setúbal costumam promover com a participação do Centro de Estudos Libertários. Sempre amável e bem disposto.

Faleceu a 21 de Março último. A BATALHA associa-se ao pesar dos familiares e amigos mais íntimos e agradece a sua filha e ao companheiro José Bernardo os elementos biográficos fornecidos.

Luís Garcia e Silva

Século e meio de Anarquismo em Portugal

Muito se tem debatido sobre as origens do ideário anarquista em Portugal, nem sempre se chegando a conclusões que pareçam aceitáveis. Contudo, as referências que se seguem poderão de alguma forma contribuir para o seu estudo.

Em 1846, logo após a revolta das mulheres do Minho que tomou o nome de Maria da Fonte, era composto o hino sobre uma música marcial. O autor foi o compositor e maestro italiano Angelo Frondóni que veio para Portugal a convite do barão de Quintela, dirigir a orquestra do Teatro de S. Carlos.

Frondóni escreveu numerosos artigos e poemas que publicou na "Revolução de Setembro" e era tido na época por anarquista. Faleceu em Lisboa no ano de 1891 com setenta e nove anos de idade.

Este facto naturalmente não é suficientemente objectivo em termos de análise histórica.

Nos anos de 1848 a 1850 surgiram os primeiros panfletos e jornais que faziam a defesa de uma sociedade socialista e onde transpareciam claramente as ideias de Proudhon. É dessa altura a publicação do "Eco dos Operários", jornal em que se destaca Pedro Lopes de Mendonça. Refira-se que o termo "socialista" não tinha então a significação que actualmente se

lhe atribui.

Entretanto e com o aparecimento da chamada "geração de 70", as ideias socialistas ganharam um importante impulso a que só o fracasso da Comuna de Paris veio quebrar.

Em 1866 foi Antero de Quental a Paris para conhecer pessoalmente Proudhon e Michelet. Porque considerava importante e talvez mesmo imprescindível para o fortalecimento das ideias que defendia, submeteu-se à dureza das condições de vida do proletariado experimentando em França o ofício de tipógrafo. Não foi, contudo, por muito tempo...

Antero defendia uma democracia directa baseada na federação das associações de produtores e ainda a federação livre das repúblicas peninsulares. Influenciou toda a sua geração desde que estudava em Coimbra e fazia os seus discursos da escadaria da Universidade, como referiu Eça de Queirós que com ele conviveu durante muito tempo.

Por seu turno, Eça publicou juntamente com Ramalho Ortigão uma série de artigos de cariz abertamente político e doutrinário num estilo humorístico muito ao gosto da sátira anarquista(*).

Data de enorme importância, 1871 marca o início da introdução da Associa-



ção Internacional dos Trabalhadores em Portugal, tendo no ano seguinte Antero de Quental e José Fontana organizado a secção portuguesa. Antero redige muitos opúsculos de propaganda e de doutrinação, entre os quais se destaca um que tem por título "O que é a Internacional?"

De certa maneira, o ideário anarquista em Portugal parece filiar-se no Setembrismo e beneficiado da aproximação geográfica e dos meios de comunicação com a França.

Qualquer aproveitamento do socialismo de Antero e de José Fontana para dar antiguidade histórica ao actual Partido Socialista, nomeadamente fazendo refe-

rência ao antigo Partido Socialista Português, é mero oportunismo. A herança política do PS é o Partido Republicano do dr. Brito Camacho, o Partido Democrático do dr. Afonso Costa, o Grande Oriente Lusitano e a Carbonária.

Carlos Gomes

(*) O próprio escritor confessa em prefácio, quando da compilação das suas crónicas d'As Farpas no volume "Uma Campanha Alegre", as influências exercidas por Proudhon na sua obra.

Creio que ninguém duvidará de que a sociedade se resolve a partir de um amontoado de indivíduos que surgem quando menos se pensa, por um acto sexual não dominado pela razão nem pela vontade mas pelo mero encontro, exigido pelas sensações e pelos sentimentos, que até podem não ser fértil. Entre os animais também o mesmo acontece. Parece contudo que as probabilidades de êxito são mais concretas já que as espécies animais, mais próximas da natureza, e por isso mais íncitas nos seus segredos, deixam a natureza a organizá-las, obedecem-lhe, submetem-se a ela e por isso a espécie subsiste naturalmente. A espécie humana revoltou-se contra a natureza. De Natura Mater passou a considerá-la Natura Madrastra. Num gesto prometaico quis igualar-se aos deuses. A partir do século XVI foi a própria fé cristã que a levou a dar o passo ateu. "Deus conhece as leis da Natureza e por isso a cria, domina e orienta. Se eu descobrir as leis que Deus sabe de cor poderei não só dominar a Natureza mas orientá-la no sentido que eu quiser". O resultado está à vista. O cientismo desde o século XVIII, as múltiplas revoluções industriais atiraram o homem para o caos, de que ele terá de sair pela humildade e pelo respeito pela Natureza.

Não há o controlo da natalidade. Nem seria necessário se o homem obedecesse à Natureza como as outras espécies. À medida que o número de indivíduos cresce assim se inventam as instituições que os organizam, as famílias, as múltiplas religiões, as múltiplas ciências, as múltiplas organizações grupais e comunidades, o Estado, etc., todos eles imperfeitos, porque as leis que as regem deixam sempre uma margem para o legislador ou quem o substitui a ludibriar, sendo todos eles organismos de repressão que o Super-Ego vigilante vai fazendo frutificar para deter o indivíduo dentro de determinados parâmetros de vivência. Todas estas organizações criam limites, uns legítimos outros ilegítimos para coarctar o indivíduo dentro dum território que não é o seu mas que, quando objectiva o seu poder individual, considera seu por usucapião, se as instituições o permitirem. Esta rede sistemática e alienante, espécie de gaiola que engloba todos os indivíduos cria modos de viver e de pensar, usos sumariamente repetidos, costumes cristalizados nas tradições, atingindo-se um ponto em que o indivíduo contraditoriamente posto fora delas não se sente bem, i. e., considera-se um homem "livre" dentro duma sistemática que o subordina. Em compensação recalca o que é seu genuíno para o Id, para o Subconsciente, transmitindo-o depois de sublimado ao sistema de valores que já encontrou feito e com o seu labor ainda incrementa mais na sua trifásica questão de uso, costume, lei.

Assim o indivíduo multiplica-se e tem necessidade de se escravizar para viver, ou melhor, sobreviver, porque antes de ter a sua liberdade individual conscienciali-

zada, teve primeiro a consciência dos perigos da Natureza, nem sempre fagueira para os seus desejos, e dos seus mesmos semelhantes, necessários para apoio, mas sempre prontos a saltar por cima dos usos, dos costumes e das leis vigentes para dar passo àquela outra liberdade própria, àquele seu poder imanente, inconsciente ainda, mas vivo no coração. Daqui quantas disputas, quantas lutas, quantas guerras, quantos tratados, quantos sorrisos que escondem o azorrague, não tem gerado ao longo do tempo a História. Terá também gerado actos de solidariedade necessários numas, desnecessários noutras ocasiões, abraços, afectos, heroísmos loucos convidativos a palmas. Numa palavra, uma Sistemática confusa se gerou, que os sacerdotes, os sábios, a moral, a instrução, o simples homem da rua têm diluído na prática através dum filosofar pedestre que nem poupa as mais pequenas atitudes, no fazer e desfazer do dia a dia. E o sistema complica-se cada vez mais, as ideias emaranham-se, os actos copiam-se, tudo se multiplica à medida que o "crescei e multiplicai-vos" ressoa nos plainos do mundo.

las, em reeducar os homens, retornando às origens com a experiência de milhares de anos. Regressar ao conceito de Natureza-Mãe, pedir-lhe os frutos necessários à vida, inventar técnicas que a não destruam, respeitar os animais e as plantas, ser menos carnívoros, dominar os ímpetos criminosos. Surgiu assim a consciência da liberdade absoluta voluntariamente subordinando-se, se necessário, a um bem estar comum.

É entre esta prática de liberdade "subordinada" e a de liberdade absoluta que se subordina voluntariamente que vivemos todos, mesmo os anarquistas. E cada um, em cada momento, escolhe a de que mais gosta. Na sociedade organizada, repressiva em que vive não pode prescindir de praticar ora uma ora outra. Os teóricos que se fixaram no ponto de vista da liberdade absoluta vêm pensando ao longo dos tempos como substituir o Sistema, o Poder pela simplicidade duma vida em sociedade em que o direito à diferença, a ajuda mútua, a simplicidade natural do comportamento, o respeito pelo outro, a significação da Terra possam ser viáveis. Pensam em como libertar o indivíduo duma instru-

poder individual, olhar os outros com tolerância, ver neles o espelho da igualdade, confraternizar com eles na ajuda mútua. Isto não o impede de aprender a controlar o Sistema repressivo, que é o seu inimigo por natureza. Deve ter em conta que o Sistema repressivo o continua a trair e a atrair, na medida em que lhe cria desejos que torna em necessidades. E não é de admirar que a dispersão seja característica da causa anárquica. Por um lado o Sistema repressivo atrai e obriga, por outro há o descontrolo do poder individual. Cada anarca é uma mulher ou um homem com o seu feitio característico. Só pode levar à união uma contenção de espírito, até um desejo de renúncia que é raro verificar nos companheiros. Há que contar ainda com os que confundem anarquia com violência, caça indevida ao poder da instituição, com os que não ultrapassam a quefília individualista desafiando em duelo por ela como por sua dama. Talvez até se encontre entre nós um ou outro psicopata que num momento qualquer sobressaia e até convença. Há que ter em conta o positivo e o negativo das provas. A união far-se-ia se cada elemento tivesse em conta a própria dignidade de eu ao lado dos outros, para além dos objectivos concretos que pudessem surgir e que mais fortalecessem a união. Seria assim o indivíduo "senhor de si" mas solidário com os outros.

A História mostra-nos o anarquismo sobretudo politizado, embrenhado sempre na querela política. Os "históricos" é isto que ensinam aos seus filhos "espirituais". Uma vez que os tempos evoluíram, que as lutas políticas se tornam cada vez mais requintadas e esotéricas, que a sociedade de consumo esvazia cada vez mais o conteúdo do anarquismo e dispersa cada vez mais os seus membros, não seria demais uma pequena reflexão sobre o indivíduo acrata em si, que realizou ou realizará secundariamente uma determinada luta política e terciariamente a cristalizou ou cristalizará pela letra de forma. Ao que me parece são estes os três grandes momentos de medição para o movimento anarca. Mas o primeiro é o indivíduo, visto caleidoscopicamente na sua conduta, para ensinar aos jovens um modo de comportar-se nitidamente anarca. Começar por escrever artigos num jornal e por esse motivo sobressair ou não, é secundário. Dar depois "os grandes exemplos históricos" e mostrar deles a obra (os actos heróicos, a obra escrita) ficaria para terceiro plano. São as massas que fazem a história embora os "grandes" homens sejam os seus símbolos. Entre nós os "símbolos" aparecem desligados da massa, à qual se não dá importância nenhuma.

São estes, repito, os três grandes pontos de medição para aqueles que abraçam o ideal acrata, sorriem para o Poder, mas às tantas se deixam agarrar por ele.

Manuel Ramiro Salgueiro 9

UMA OPINIÃO

Mas chegou o dia em que o indivíduo se dobrou sobre si próprio, exorcizou os seus papões e fantasmas, concluiu conscientemente que não era um escravo absoluto, que poderia mesmo não ser escravo, humilhando-se e respeitando a Natureza, interiorizou-se e verificou que era diferente do outro que o ladeava, concluiu que o outro era diferente de si, descobriu em cada um o poder que deveria ser respeitado bem como o respeitar os outros, sentiu-se com direito a um todo psicológico que recalca e que era o direito à diferença, direito que deveria manifestar porque esse todo o formava um Ego, um indivíduo. Estabelecendo a análise de si e confrontando-a com o sistema que o escravizava, verificou que haveria outras formas de viver sem tantas peias a diminuir-lhe os movimentos, sem tantas agências institucionais a orientar-lhe os passos, sem tantas leis a dirigir-lhes os actos, sem tantas barreiras a impedi-lo de viver. Achou até que não era preciso desenvolver-se tanto, crescer tanto, destruir tanto, que não era preciso ser rico, mas apenas ter o suficiente para subsistir. Consciencializou a repressão, as malhas do Poder sustentado pelas instituições. E disse não. O anarquismo, surgido já em ideias, passou aos actos. Tudo se resumiria em maleabilizar instituições, em destruir muitas de-

ção, duma competição, duma ciência, duma técnica abusivas para a humanidade, pensam em como possam destruir as instituições excessivamente repressivas como o Estado e o emaranhado da sua teia, inserindo a dignidade da natureza humana num ambiente dignificante. E isto também é uma tentativa de sistematização. Que são os ensaios dos grandes pensadores anarquistas senão grandes sistemas de ideias dificilmente postas em prática? Não foram capazes de se eximir à tradição platónica-aristotélica do sistema. Mas estes coordenadores de ideias deixam pelo menos ao indivíduo o desespero da escolha em cada tomada de posição vital. Não se fala aqui nas grandes lutas políticas com outros sistemas em que se gastaram esforços na ocasião úteis, para fazer surgir um novo modo de ser existência e dar-lhe força. Esses acidentes de percurso deram aos ideólogos a consciência de que a violência não leva a nada, de que viver em paz consigo e com o meio é que é a grande meta do anarquismo.

Mas essa paz terá que vir daquela zona que o Sistema repressivo obrigou a recalcar, já que a paz imposta é sempre uma paz fictícia. O anarca terá de dobrar-se sobre si, reflectir nos seus direitos e deveres, evitar os excessos que lhe confere a sua liberdade absoluta, controlar o seu

C U L T U R A

STIRNER E O ÚNICO

OU O ÚNICO STIRNER



"Só o não-pensar me salva dos pensamentos. Quando ataco os pensamentos, é a minha pele que defendo contra eles. Só pela carne posso sacudir a tirania do espírito, só quando um homem compreende assim a sua carne se compreende inteiramente é que é inteligente ou racional."

STIRNER - O Único e a sua Propriedade

Max Stirner, pseudónimo de Johann Kaspar Schmidt, nasceu em 1806 em Bayreuth e morreu em 1856. Foi aluno de Hegel em Berlim. O seu livro "O Único e a sua Propriedade" (Der Einzige und Sein Eigentum) publicado em 1845 mas escrito em 1844, ano do nascimento de Nietzsche, cuja filosofia foi muitas vezes aproximada da de Stirner, sem que se possa aliás provar esta filiação, é o produto espantoso, mas não menos autêntico, do hegelianismo chegado ao fim da sua corrida desenfreada.

A alienação em Stirner ultrapassa o domínio religioso, engloba todos os poderes que não saíram directamente do indivíduo, e, muito particularmente, o Homem feuerbachiano, ou seja, o homem como categoria, superior também ele, ainda que lhe pese, ao homem particular.

Todo o esforço do pensamento stirneriano tende a reconduzir estes poderes ao âmago do indivíduo original. "As nossas sociedades e Estados existem sem que sejamos nós a fazê-los, são reunidos sem o nosso consentimento, são predestinados, têm uma existência própria, independente, estão contra nós individualistas, o que existe de maneira indissolúvel. Hoje em dia, o mundo está, como se diz, em luta contra "o estado de coisas existente". No entanto, as pessoas enganam-se, em geral, acerca do sentido desta luta, como se não se tratasse de trocar o que existe actualmente por uma ordem nova que seria melhor. Devia ser antes a toda a ordem existente, quer dizer ao Estado, que a guerra deveria ser declarada, não a um Estado em particular, e ainda menos à forma actual de Estado. O objectivo a atingir não é um outro Estado (o "Estado popular" por exemplo), mas a associação, associação sempre em mutação e renovação de tudo o que existe."

Uma vez cumprido este trabalho de recuperação libertadora, o homem tornado Único transforma tudo o que antes se lhe opunha em propriedade que ele organiza a seu bel-prazer. Não é, no entanto, a liberdade absoluta que Stirner exalta, mas reivindica o direito absoluto à originalidade. Não ensina a liberdade total, mas proclama a unicidade que nenhuma norma abstracta poderá fazer desaparecer. A revolta que Stirner prega é uma revolta interior, a tomada de consciência da nossa unicidade que nos permitirá proceder a uma mudança de óptica. Venceremos todas as forças de opressão na medida em que nos dermos conta de que elas só tiram o seu valor e a sua força da ignorância em que nos encontramos do nosso papel de criadores soberanos e absolutos.

O Único e a sua Propriedade, livro dividido em duas partes de que a primeira se intitula "O Homem" e a segunda "Eu", traz em epígrafe a célebre frase de Feuerbach: "O Homem é para o homem o ser superior", acompanhada da seguinte observação de Stirner: "Olhemos, pois, este ser supremo." A intenção do autor fica assim claramente definida. Trata-se de lutar num primeiro tempo contra todas as alienações, sobretudo contra a alienação mais recente, o humanismo feuerbachiano, e de proceder num segundo tempo às sucessivas reapropriações. A luta contra o Estado responde a reconquista do

Estado pelo "meu poder", a sociedade uma vez vencida será incorporada no "meu comércio", o mais duro e encarniçado combate que será travado contra o humanismo encontrará um fim glorioso no "Meu gozo pessoal". É neste sentido que se insere a célebre passagem do Único: "Revolução e Revolta não devem ser tidos como sinónimos. A primeira consiste numa perturbação do estado de coisas existente, do estatuto de Estado ou da sociedade, sendo assim um acto político ou social. A segunda, implicando inevitavelmente uma transformação da ordem estabelecida, não faz desta transformação o seu ponto de partida.

(...) A Revolução tem como objectivo novas instituições. A Revolta conduz-nos a não nos deixarmos gerir nunca mais, mas a gerirmo-nos a nós mesmos (...) o meu objectivo não é derrubar o que existe, mas elevar-me acima do que existe, os meus actos não têm nada de político ou social, só têm por objecto eu próprio e a minha individualidade."

A alienação política, segundo Stirner, não cessa de se agravar. Qual é, com efeito a diferença entre o Antigo Regime e a Nação soberana, filha da Revolução? Sob o Antigo Regime, o poder monárquico não se exercia directamente sobre os súbditos. A corporação intercalava-se como elemento mediador entre o rei e os súbditos. O homem dependia em primeira instância de um grupo social, de forma que o pretensão "absolutismo" estava de facto limitado por inúmeros poderes secundários. Mas a partir do dia em que a Nação se instituiu soberana, o súbdito entrou em dependência directa face ao Poder. O reino dos privilégios do Antigo Regime transformou-se num reino do direito contra o qual ninguém tinha doravante o direito de se insurgir. No fundo, e por mais paradoxal que tal pareça, a Revolução substituiu a monarquia moderada do Antigo Regime pela monarquia absoluta do Estado moderno.

A escravidão exterior do Antigo Regime converteu-se numa escravidão interior, ou seja, numa escravidão cuja legitimidade é por nós reconhecida. O Antigo Regime, afirma Stirner, era de certa forma católico, pois contentava-se com um reconhecimento exterior do poder superior, a democracia moderna, em contrapartida, é protestante, pois exige o acordo interior entre o cidadão e a Nação.

No entanto, o Estado liberal deixara ao indivíduo um último domínio onde lhe era permitido refugiar-se, a propriedade privada. Ora eis que o comunismo reclama para a sociedade esse último vestígio da autonomia individual. De ora em diante a sacrossanta Sociedade tudo possui, o indivíduo nada mais possui. O comunismo instaura assim o reino da "indigência universal".

A alienação política tem o seu prolongamento na alienação social. Para lhe pôr termo, Stirner propõe o estabelecimento de uma associação. É preciso demolir a Sociedade tal como ela existe actualmente. Não é criada pelos indivíduos; situa-se fora e acima deles. Além disso, está definitivamente estabelecida, estável, digamos mesmo atingida pela esclerose. Desta forma, bem assente na sua soberania e na sua permanência, qualidades fictícias e provisórias, é certo, mas não menos reais enquanto os homens não compreenderem que ela não passa do efeito do seu poder criador, que é amassada pelas suas próprias mãos e que o seu destino depende apenas deles, a Sociedade deforma, oprime e aniquila a vontade individual.

A associação, pelo contrário, é o encontro momentâneo, a união instável e perpetuamente modificada dos indivíduos que se adaptam às suas necessidades e que não perdem o seu controlo. A associação permanece subordinada à soberania do Eu; dura enquanto for susceptível de servir os indivíduos e desaparece logo que se torna inútil.

Stirner não se opõe, no entanto, à organização do trabalho. Julga, pelo contrário, que estamos muito a tempo de pôr termo ao regime da livre concorrência, sob o qual o homem, ávido de adquirir tudo o que o liberalismo pôs ao seu alcance, se torna vítima de um materialismo aviltante. A organização do trabalho permite ao homem consagrar menos tempo às exigências puramente materiais de vida, ou seja, ao trabalho social que Stirner quali-

fica de "humano".

Ao libertar o indivíduo do fardo pesado acabrunhante dos "trabalhos humanos", a associação favorece a execução dos "trabalhos únicos", ou seja, dos trabalhos que são da sua exclusiva competência, que ele é o único a poder realizar, como os trabalhos artísticos e literários. Dado que só o trabalho "humano" é organizado na associação, a individualidade do Eu escapa a toda a influência colectiva.

Quanto às relações entre os indivíduos, a Sociedade repousa sobre um amor "humano", isto é, sobre um amor que tem por objecto não o indivíduo particular, mas o homem abstracto e normativo. Trata-se, no fundo, de um amor fictício que se transforma facilmente em ódio e justiça todas as perseguições por pouco que o indivíduo particular não corresponda à imagem que nela se faz do homem em geral. A associação, em contrapartida, só conhece o amor "egoísta", ou seja, um amor que considera o ser amado como um objecto da satisfação egoísta, como "um alimento oferecido às paixões do Eu". Assim, mesmo no domínio dos sentimentos em que o coração humano gosta de se abandonar e entregar a outrem, o indivíduo conserva a autonomia da sua vontade.

A associação garante ao indivíduo um máximo de liberdade dado que as imposições sociais nela são imprimidas. Mas é preciso ter bem em conta, e Stirner insiste muito particularmente neste aspecto do problema humano, que o homem não pode ser inteiramente livre, quanto mais não seja por causa das limitações que o seu corpo lhe impõe. A vantagem da associação não é tanto, pois, a conquista de uma liberdade que no fundo permanece sempre

fictícia, como a salvaguarda da nossa individualidade. Como todas as restrições da associação se fundam num contrato, é com toda a soberania que o indivíduo renuncia temporária e passageiramente ao exercício de alguns dos seus direitos.

A alienação moral, por fim, atinge o seu ponto extremo no humanismo, para o qual concorrem, aliás, todas as outras alienações. O humanismo compromete-nos a cooperar na criação de um homem ideal que reúna em si todas as perfeições. Ora uma tal tentativa é vã, pois o homem ideal que enfeitamos com todas as nossas qualidades não esgota a nossa originalidade e contém apenas a parte do nosso ser que possuímos em comum com os outros Eu. É além disso uma tarefa ingrata, que, precisamente pelo facto de o seu fim ser irrealizável, nos mantém num estado de inquietação permanente. Só a consciência do nosso Eu, não de um Eu ao lado de outros Eu, mas de um Eu indefinível, de um Eu "único", de um Eu que, portanto, renuncia a todo o pressuposto comum, nos faz aceder ao que Stirner chama "o meu gozo pessoal".

"É só a partir do momento em que Eu estou consciente de mim próprio, e em que Eu não Me procuro mais, que Eu sou verdadeiramente propriedade Minha: Eu possuo-Me, logo, Eu consumo-Me e Eu usufruo de Mim. Ao contrário, Eu nunca poderei usufruir de Mim enquanto Eu pensar que Me é preciso ainda encontrar o Meu verdadeiro Eu e reduzir-Me a que Cristo, e não Eu viva em Mim, ou então um outro Eu espiritual, quer dizer, fantástico, como, por exemplo, o verdadeiro homem, a essência do homem..."

Francisco Trindade

IV JORNADAS INTERNACIONAIS DE DEBATE LIBERTÁRIO

A Fundação Salvador Seguí organizou em Madrid, a 10 e 11 de Maio último, mais umas Jornadas de Debate Libertário, jornadas que se têm vindo a realizar regularmente todos os anos desde 1988.

O tema escolhido, "O Discurso Libertário nos anos 90: da Ética à Política", resultou da necessidade de reflectir sobre as formas de intervenção social a pôr em prática pelo Movimento Libertário para que a sua proposta, fundamentalmente ética, recupere a incidência social que permita continuar a pensar na sua capacidade transformadora.

Com este objectivo foram convidados conferencistas com larga experiência em diversos domínios da acção social.

O primeiro debate, sexta-feira 10, incidiu sobre a actividade desenvolvida numa cooperativa de produção agro-biológica, conjuntamente com intensa participação no movimento ecologista e pacifista de Andaluzia. Paco Casero, anteriormente membro do Sindicato de trabalhadores rurais (SOC) e hoje animador, com outros camponeses, de ambas experiências, expôs com base na sua própria vivência, a passagem a este novo espaço de intervenção, em busca de novas formas sociais radicais e transformadoras em que teoria e prática sejam coerentes. Neste sentido, e em consequência do modelo social que actualmente suportamos, insistiu na necessidade de se recuperar a "dignidade" do trabalhador (um modo de exprimir os conteúdos da cultura operária popular) e na necessidade de uma prática revolucionária participativa face à mensagem de eficácia e ao desaparecimento do papel activo do indivíduo.

Sábado de manhã, pela mão de Chama Herro, militante da UGT, discutiu-se a necessidade que o movimento sindical libertário tem de procurar um modelo aberto, experimental e imaginativo que, mantendo-se coerente com as suas raízes, lhe permita recuperar o projecto de transformação para que nasceu. Este desafio passa pela interpretação do que é substancial e do que é acessório e modificável nas raízes inspiradoras. Essencial é a coerência entre teoria e prática, entre meios e fins e participação nas decisões. Depois

desta proposta alternativa ao modelo imperante formulou as vias de actuação e intervenção, eixos duma estratégia sindical: abandono do velho axioma insurreccional e do radicalismo verbal, frequentemente elitista e desmobilizador, para incidir nas transformações paulatinas, fundamentalmente de carácter qualitativo (não tanto económico), de qualidade de vida, conseguidas com a participação do maior número possível de interessados, de modo a garantir uma sólida defesa das propostas e dos resultados. Insistir em formas de resistência pessoal e colectiva ao sistema: objecção, resistência passiva e, sobretudo, praticar um sindicalismo de realizações mais que de propostas ("há que fazer coisas e não perdermo-nos em repetições, sem as fazermos").

A tarde o grupo cénico "La Ortiga" surpreendeu-nos com uma denúncia da guerra, num recital de poesia de autores antigos e actuais, incluindo poetas árabes que recordam a história do Golfo.

Terminaram as Jornadas com um debate sobre a experiência integral que se tem vindo a desenvolver em três cidades alemãs sob a designação de "Projecto A". Para nos falar dos seus começos, da sua gestão e presente promissor tivemos conosco Horst Stowasser, animador pertinaz do Projecto.

A conjugação de projectos económicos, convencionais e políticos num modelo autogerido suscitou enorme interesse entre os assistentes. Horst defendeu o seu carácter experimental e, embora o Projecto não possa ser exportado no pormenor, pode ser assumido nas suas linhas gerais, nas ideias que lhe deram origem. De facto aludiu a vários países em que libertários tentam pôr em marcha projectos ou experiências similares.

Em conclusão, as Jornadas constituíram um contributo interessante ao tão necessário debate para que o Movimento Libertário e Alternativo encontre os vectores adequados à sua projecção social.

Os trabalhos apresentados serão brevemente publicados na habitual "memória", para que perdurem como útil material de estudo.

"TRAGÉDIA OPTIMISTA"

Esta peça do russo Vischnewski que a RTP apresentou em Maio numa encenação do Teatro do Povo de Berlim (RDA 1987), pode bem dar-nos uma ideia da nova luta ideológica.

Através da vida num navio de guerra do Báltico analisa-se a luta política que levou à liquidação da revolução de Outubro com a tomada do poder pelos bolcheviques: uma comissão bolchevique alia-se às forças mais conservadoras para vencer a influência anarquista e a divisão interna assim causada leva, simbolicamente, a que a tripulação acabe fuzilada pelo inimigo.

Mas enquanto a alegoria representa a tragédia da revolução russa, o optimismo é aqui duvidoso: mostra-se o gosto dos bolcheviques pela hierarquia e pelo poder, o seu espírito repressivo de costas viradas para a vida, mas ao mesmo tempo critica-se os anarquistas do navio, mais violentos que fortes de ideias, e foca-se a fraqueza de homens traumatizados pela vida, arrastando consigo o peso de hábitos e ideias tradicionais, incapazes de levar por diante ideais já se si pouco claros.

Ao sugerir-se a mudança social como um processo longo dilui-se a necessidade da revolução, aliás também condenada pela violência intrínseca, pelo esmagamento da candura e alegria de viver. A perspectiva aberta parece ser assim mais a do capitalismo liberal (e reformista por conveniência).

Júlio Esteves

ACTIVIDADES NO C.E.L.

Com a regularidade possível o C.E.L. tem continuado a realizar aos sábados à tarde encontros de sócios com convidados que aceitaram vir tratar de temas relevantes e completar a exposição por uma discussão informal com a assistência. Ocasionalmente outros tipos de convívio têm lugar, entre os quais salientaremos um almoço que decorreu no dia 4 de Abril com a participação de quatro dezenas de companheiros e familiares. Segue-se o calendário das palestras/debate:

- 18.5 - "A crise social em França, ideologias racistas e revolta de jovens nos bairros pobres", por Jorge Valadas;
- 25.5 - "Reflexões sobre o estado actual do Movimento Libertário", por Sebastião de Almeida;
- 08.6 - "Agricultura biológica do ponto de vista do consumidor", por Angelo Rocha (dirigente da Associação Portuguesa de Agricultura Biológica).

Leitores interessados em assistir e participar nestas actividades deverão contactar-nos para serem avisados em tempo útil das próximas realizações.

APELO

CASOS H. GALVÃO, H. DELGADO, DRIL, GIL, FIJL, etc.

Um companheiro espanhol que está preparando uma tese de doutoramento sobre a Federação Ibérica das Juventudes Libertárias pede a quem tiver informações (circulares, jornais, revistas, etc.), conheça livros que tratem deste tema ou do Directório Revolucionário Ibérico de Libertação, Henrique Galvão, Humberto Delgado, C.I.L., em português ou outra língua, que envie esse material para a Redacção de A BATALHA, que se encarregará de sua ulterior expedição para o destinatário.

Podem ser enviadas fotocópias dos documentos em causa. O nosso companheiro pagará as despesas efectuadas com fotocópias e porte de correio. Do mesmo modo gostaria de recolher testemunhos de intervenientes directos ou indirectos naquelas organizações ou nas acções levadas a cabo por elas ou pelas personalidades atrás referidas, sobretudo entre os anos 60 e 70.

MIL NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO

George Orwell
Antígona, 1991

Não se trata propriamente duma novidade, dado que a obra foi editada há quatro décadas e já fora mesmo traduzida para português. Trata-se sim duma cuidada e bem apresentada reedição dum "best seller" que, tudo leva a crer, perdurará como tal por muitos anos ainda. A tradução portuguesa achava-se esgotada há algum tempo e impunha-se manter a obra nos escaparates, ao alcance dos leitores menos familiarizados com a língua inglesa. Os acontecimentos recentes na Europa de Leste não diminuíram o interesse do livro, que visa todos os totalitarismos e não apenas a variante impropriamente designada de comunista. De resto, nem esta desapareceu ou se prevê o seu desaparecimento a breve trecho em países como a China ou Cuba, nem a sua involução é irreversível na Rússia e alguns outros países de leste como a Roménia, Albânia e Jugoslávia. Conflitos étnicos e dificuldades económicas podem a qualquer momento inverter o processo de "ocidentalização". Por outro lado ditaduras de cariz fascizante florescem em numerosos países afro-asiáticos e latino-americanos e, mesmo nas nações ditas democráticas, há sectores influenciados por ideologias totalitárias que podem, em momentos de crise, tentar fortuna (para mais sabendo-se das ligações estreitas que mantêm com elementos relevantes da economia, da política e das forças armadas). As democracias incompletas em que vivemos são organismos frágeis, tanto mais frágeis quanto mais incompletas. Vem isto a propósito da actualidade do livro de Orwell. Apenas se lamenta a pequenez da tiragem e o custo elevado da obra, daí decorrente. Mesmo se, como é o caso, podemos oferecer aos nossos assinantes um desconto substancial.

ANTHROPOS

REVISTA DE DOCUMENTACIÓN CIENTÍFICA DE LA CULTURA

Prémio Editorial Anthropos 1992

Narrativa/Poesia/Ensaio

A Anthropos Editorial del Hombre anuncia a décima quarta edição do seu prémio anual de criação literária. O convite a participar tem por objectivo descobrir e possibilitar pensamentos inovadores no âmbito da narrativa, poesia e ensaio.

NORMAS

- 1 - Podem concorrer obras de narrativa, ensaio e livros de poemas absolutamente inéditos, escritos em castelhano e de extensão, orientação e temática livres.
- 2 - Os originais devem ser enviados, dactilografados e em triplicado, até ao dia 8 de Novembro de 1991, para:

Prémio Editorial Anthropos
Anthropos Editorial del Hombre
Apartado 387
08190 Sant Cugat del Vallès
(Barcelona) Espanha

- 3 - As três cópias da obra devem ser assinadas e as páginas numeradas. O autor deve indicar o nome completo, a morada e o telefone; no caso de usar pseudónimo deve incluir envelope fechado com estes dados.
- 4 - O júri atribuirá apenas um prémio para cada género, que consistirá numa placa de prata e na publicação da obra.

A edição das obras premiadas realizar-se-á segundo as normas gerais de aquisição de direitos intelectuais da Editora, que podem ser consultadas pelos interessados na morada acima indicada.

- 5 - O resultado será tornado público no dia 30 de Janeiro de 1992 pelas 19.30 horas na Anthropos Editorial del Hombre, Vía Augusta 64-66, 08006 Barcelona, tel. (93)2174039.

- 6 - As obras apresentadas ao concurso não serão devolvidas pela editora, podendo no entanto ser reclamadas pelos autores ou pessoas por si delegadas, no prazo máximo de três meses a partir de 17 de Fevereiro de 1992.

"Os livros recompensam e excitam a nossa curiosidade de inúmeras maneiras. Forçam-nos a reflectir. Apresentam ideias diferentes de maneira directa e sugerem outras, indirectamente. Um livro bem escrito presenteia-nos com as reflexões amadurecidas ou os voos mais felizes duma mente de rara excelência. É impossível que nos acostumemos a tais companheiros sem nos tornarmos, em alguma medida, semelhantes a eles."

William Godwin

À VENDA NA NOSSA LIVRARIA

Anarquismo

O Princípio do Estado (M. Bakunine)	900\$
Escrito contra Marx (M. Bakunine)	1000\$
A reacção na Alemanha/O anarquismo hoje (M. Bakunine; J. Barrué)	400\$
Para uma análise do movimento libertário (C. Fonseca)	600\$
Histoire du mouvement libertaire en Bulgarie (G. Balkanski)	850\$
Réflexions sur l'anarchisme (M. Fayolle)	550\$
Histoire du journal de l'organisation des anarchistes (M. Joyeux)	550\$
Law and anarchism (T. Holterman, van Maarseven)	1750\$
Discurso sobre a servidão voluntária (La Boetie)	800\$
Escritos revolucionários (E. Malatesta)	950\$
A doutrina anarquista ao alcance de todos (J. Oiticica)	150\$
Pouvoirs et libertés (P. J. Proudhon)	1100\$
Philosophie de la Misère/Misère de la Philosophie (Proudhon/Marx) 3 vols. (cada 2200\$)	6600\$
ABC do anarquismo (E. Rodrigues)	200\$
L'organisation: La plate-forme d'Archinof et autres (colectânea)	550\$
The anarchist papers I (colectânea, ed. Rossoupolos)	1500\$
The anarchist papers II (idem)	1500\$
Os anarquistas julgam Marx (D. Guérin, R. Rocker, M. Ragon, etc.)	850\$
Os anarquistas e as eleições (M. Bakunine, P. Kropotkine, etc.)	800\$
Surrealismo e anarquismo (colectânea de textos de Le Libertaire)	1100\$
Pasado, presente y futuro del pensamiento libertario (memória)	600\$
Félix Carrasquer: proyecto de una sociedade libertaria.	
Experiencia histórica y actualidad (Anthropos, 90)	780\$
F. Urales: pensamiento y estetica anarquista (Anthropos 5)	1900\$
F. Urales: una cultura de la acracia (Anthropos, 78)	780\$

História

A Descoberta da América. Diário de bordo da 1.ª viagem (C. Colombo)	2150\$
Brevíssima relação da destruição das Índias (Bartolomé de las Casas)	1800\$
História de Portugal (A. Herculano) 4 vols. (cada 2500\$)	10000\$
La Grande Révolution (P. Kropotkine)	3400\$
Inquisição e cristãos-novos (A. J. Saraiva)	920\$
Cronologia da Revolução de 1383-1385 (V. Viegas)	1200\$
Guia de História da 1.ª República (A. Oliveira Marques)	2000\$
Apontamentos para a História da revolução da Maria da Fonte (Padre Casimiro)	1000\$
Exposição analítica do pronunciamento de Braga (J. P. Roby)	500\$
A Revolta da Madeira (J. Soares)	800\$

Sindicalismo, anarco-sindicalismo

Portrait de Fernand Pelloutier (V. Dave)	550\$
Histoire de l'anarcho-sindicalisme italien (Nuclei libertari di fabbrica di Milano)	550\$
Autogestão, gestão operária, gestão directa (M. Joyeux)	100\$
Concepção anarquista do sindicalismo (Neno Vasco)	600\$
A origem da I Internacional em Lisboa (C. Fonseca)	730\$
Integração e ruptura operária (C. Fonseca)	1600\$
O 1.º de Maio em Portugal (C. Fonseca)	1600\$
História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal (C. Fonseca)	
III - Cronologia	1450\$
III - Os Primeiros Congressos Operários (1865-1894)	1450\$
IV - Greves e Agitações Operárias (1.ª parte)	1480\$
Delegação a um congresso sindical (Alexandre Vieira)	500\$
Surgindo vem ao longe a nova aurora (Jacinto Baptista)	1100\$
O Movimento Operário em Portugal (Campos Lima)	400\$
O Sindicalismo em Portugal (M. J. Sousa)	500\$
O Movimento Sindical Português. A 1.ª cisão (C. Oliveira)	1460\$
O Despertar Operário em Portugal (E. Rodrigues)	650\$
Os Anarquistas e os Sindicatos (E. Rodrigues)	650\$
A Resistência Libertária em Portugal (E. Rodrigues)	705\$
Las relaciones CNT-UGT (Fundación Salvador Seguí)	920\$
José Peirats Valls (Anthropos, n.º 102)	1945\$
José Peirats Valls (Anthropos, Supl. 18)	212\$
José Peirats (Fundación Salvador Seguí)	300\$
Juan Garcia Oliver (Fundación Salvador Seguí)	300\$
Joan Peiró. Sindicalismo y Anarquismo (Anthropos, n.º 114)	976\$

Ótimas edições

Mil novecentos e oitenta e quatro (G. Orwell)	2500\$
Breve introdução à leitura de Hegel.	
Dialéctica do senhor e do escravo (A. Kojève)	750\$
Diógenes, o cínico (D. Laércio)	650\$

Estas e outras obras encontram-se à venda na sede do C. E. L., Rua Marquês de Ponte de Lima, 37-2.º Dt.º, 1100 Lisboa, às terças, quintas e sábados, entre as 15 e as 18 horas. Sócios e assinantes beneficiam de desconto. Aceitam-se igualmente pedidos pelo correio, devendo o cheque ou vale postal ser enviado ao CENTRO DE ESTUDOS LIBERTÁRIOS, Apartado 5085, 1702 Lisboa Codex.

AGRICULTURA BIOLÓGICA

Entrevista com Ângelo Rocha, da « AGROBIO »



BATALHA - Quando e como surgiu a Agrobio ?

A. ROCHA - O que denominamos hoje de Agricultura Biológica desenvolveu-se lentamente na primeira metade deste século, ganhando novo impulso a partir da década de 50, sobretudo nos países do norte da Europa, EUA e Japão. Posteriormente o movimento estendeu-se à Europa meridional e mesmo a países do Terceiro Mundo. Este crescimento resultou numa consciência ecológica cada vez mais forte e da preocupação com a presença de resíduos de produtos químicos nocivos (pesticidas, fertilizantes, hormonas, antibióticos, etc.) nos alimentos de uso corrente. Em Portugal, no início da década de 70, Luís Alberto Vilar agrupou alguns entusiastas da agricultura biológica numa União Fraternal de Agricultores que teve vida efémera. Um técnico francês que trabalhava em Portugal, de nome Jean Claude Rodet, foi um dos animadores da actual Associação Portuguesa de Agricultura Biológica que foi oficialmente fundada em 1985. De então para cá tem vindo a ampliar progressivamente as suas actividades e o número de sócios.

BATALHA - Quem são os sócios da Agrobio : agricultores individuais, cooperativas de produção ou cooperativas de consumo ?

A. Rocha - A Agrobio tem sócios individuais e colectivos e reúne indistintamente agricultores, consumidores e técnicos agrários. Cerca de metade são agricultores mas, por vezes, agricultores a

tempo parcial que cultivam pequenos lotes de terreno e têm outra actividade profissional. Um número crescente de técnicos e estudantes de Agronomia tem vindo a interessar-se pela Agricultura Biológica e a filiar-se na Agrobio. Esta tem actualmente cerca de mil e duzentos associados. Estão em vias de constituir-se duas cooperativas agrícolas, uma no Ribatejo/Oeste outra no Algarve. Não há ainda qualquer cooperativa de consumidores em perspectiva.

BATALHA - Quais são as actividades desenvolvidas pela Associação ?

A. Rocha - Por um lado a difusão dos princípios que informam a Agricultura Biológica e o alertar para os perigos decorrentes da exploração intensiva da terra, com recurso a fertilizantes sintéticos e a pesticidas: sensibilização da opinião pública, isto é, essencialmente do consumidor. Por outro lado a Associação promove acções de formação dirigidas aos agricultores, através de palestras, colóquios, cursos, empréstimo e venda de livros, edição de brochuras, etc., visando o aperfeiçoamento técnico no âmbito dos princípios que norteiam a agricultura biológica. A Agrobio tem ainda a preocupação de reduzir o fosso existente entre produtores e consumidores, promovendo a venda directa e visitas regulares a explorações agrícolas. Enfim, a Associação desempenha ainda as funções de entidade verificadora da qualidade dos produtos, apondo o seu certificado ou selo de garantia nas embalagens de venda.

BAT. - A verificação de qualidade é, no entanto, processo complexo e eminentemente técnico, que requer meios técnicos e económicos. Como consegue a Agrobio levar a cabo esta função ?

A.R. - Há um caderno de normas que têm de ser cumpridas para que um produto possa ser garantido. Os agricultores interessados em obter o selo de garantia assinam um contrato com a associação no qual se comprometem a cumprir as normas já referidas. A Agrobio tem técnicos espalhados pelo país que procedem no local à verificação de qualidade, elaborando um relatório que é depois presente à direcção da associação. Embora o parecer técnico seja um elemento im-

portante na elaboração da decisão esta é sempre um acto da direcção e não compete à comissão técnica verificadora. As despesas são custeadas por uma taxa de 1% sobre o preço de venda dos produtos certificados. A verificação faz-se não só a nível do produtor mas, igualmente, de empresas transformadoras e de calibragem, acondicionamento e transporte, único modo de garantir a qualidade do produto final posto à disposição do consumidor. A Agrobio é, por sua vez, controlada pela IFOAM (International Federation of Organic Agricultural Movements) em que está filiada. Este controlo é compreensível, sobretudo se se tiver em conta que 95% da nossa produção se destina ao mercado externo.

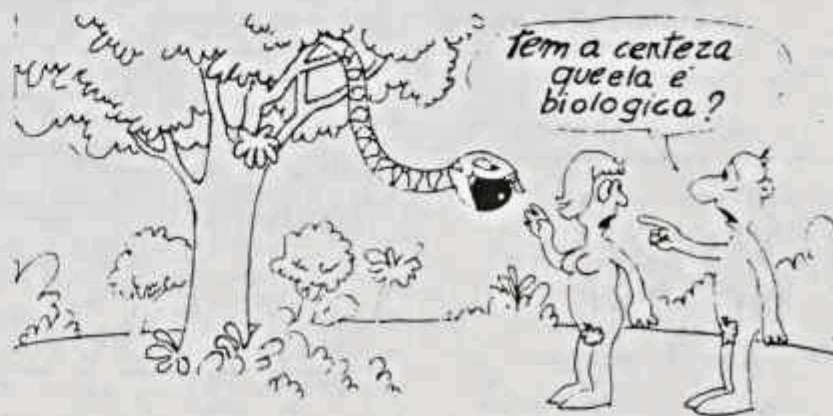
BAT. - Esta é uma grande surpresa para nós. Julgávamos que a produção nacional visava apenas satisfazer o mercado interno.

A.R. - O mercado interno é mais difícil de abastecer por não estarem ainda criados os adequados circuitos de distribuição. Estes são também mais difíceis

a quantidade. Com o desenvolvimento do movimento, sobretudo no sector produtivo, os problemas técnicos e económicos vão adquirindo maior importância.

BAT. - Quais são as actividades culturais e promocionais mais significativas da Agrobio ?

A.R. - A Associação edita regularmente um boletim informativo intitulado "A Joaninha", que se publica de dois em dois meses. Edita igualmente textos de conferências, folhetos e brochuras diversas. Tem uma biblioteca que empresta livros para casa, nomeadamente por via postal (mediante pagamento do porte de correio); serviço limitado aos sócios em situação regular. Tem também uma livraria que satisfaz igualmente os pedidos dos sócios distantes por via postal. Além de palestras, colóquios e cursos a Associação promove anualmente um Encontro Nacional na Primavera, com carácter eminentemente formativo e técnico, e uma Feira no Outono, intitulada Terra Sã, que visa sensibilizar o público em geral.



de criar dada a pequenez do mercado e a escassa organização dos consumidores deste tipo de produtos. Já existem ou estão em vias de ser criadas bancas nos mercados municipais para venda directa ao público dos produtos dos nossos agricultores; estão neste caso Setúbal, Évora, Loulé, Faro e Lagos. Há já empresas especializadas na distribuição deste tipo de produtos, mas é um sector onde há ainda muito que fazer. Por outro lado, a nível internacional, a procura é superior à oferta e a colocação de produtos, nomeadamente hortícolas frescos, é fácil em países como a Bélgica, França ou Escandinávia.

BAT. - Dos postos de venda referidos e das cooperativas em vias de constituição somos levados a pensar que a Agrobio é essencialmente uma organização da zona sul. É assim ?

A.R. - Há sócios espalhados por todo o país e estão em formação dois núcleos da Associação, um em Entre-Douro e Minho, outro no Algarve. O movimento era constituído predominantemente por consumidores, no seu início, mas com o tempo têm vindo a aumentar os agricultores e os técnicos. A Agricultura Biológica, como a ecologia, é um modo de estar na vida, uma filosofia de vida mais preocupada com a qualidade do que com

BAT. - O custo mais elevado dos produtos agrobiológicos torna a sua aquisição mais difícil ao comum dos consumidores e impede, simultaneamente, a expansão do sector. Há remédio para isso ?

A.R. - Produção não intensiva e em pequena escala, distribuição em pequena escala, tornam os produtos mais caros. Talvez a solução esteja em pensar em termos de qualidade mais que de quantidade. Os produtos da Agricultura Biológica são de melhor qualidade e são mais valiosos em termos de nutrição e saúde. Por outro lado é possível substituir até certo ponto proteína animal, mais cara, por proteína vegetal, mais barata. Mesmo no campo da proteína animal, carne e peixe podem ser substituídos por ovos e leite. É possível criar ementas alternativas, equilibradas e mais económicas. Com um pouco de imaginação é possível comer melhor sem aumento de despesa. Claro que é difícil vencer certos hábitos alimentares enraizados. Afigura-se-me no entanto vantajoso mudar para melhor, tanto em termos de alimentação mais saudável como da criação dum ambiente melhor, dum terra mais sã.

Entrevista efectuada por
Luís Garcia e Silva

Objectivos

- 1) Agrupar agricultores, técnicos agrícolas e outros, assim como todos aqueles que desejem estabelecer uma relação ecologicamente justa entre o Homem e a Natureza através de uma prática agropecuária não poluente e que respeite os princípios e os métodos da Agricultura Biológica.
- 2) Estudar, investigar, promover e ensinar as técnicas agronómicas rentáveis e eficazes em termos de energia e matérias-primas e criar um serviço de apoio técnico para o efeito.
- 3) Evitar as formas de poluição geradas pelas técnicas agrícolas inadaptadas e propor uma alternativa eficaz para protecção dos solos, das águas e das culturas em colaboração com as outras associações e organismos de protecção do meio ambiente.
- 4) Promover um estatuto normativo destinado a definir e legitimar a prática da Agricultura Biológica e o respectivo controlo de qualidade, segundo as directivas estabelecidas internacionalmente, em particular pela I.F.O.A.M. (International Federation of Organic Agriculture Movements).
- 5) Apoiar os agricultores na comercialização no mercado interno e exportação dos produtos provenientes da Agricultura Biológica.
- 6) Incentivar e apoiar a fabricação ou difusão de todos os sistemas técnicos, produtos, aparelhos, utensílios ou materiais que pela sua concepção ou pelas suas características particulares permitam uma real aplicação dos princípios da Agricultura Biológica e concorrentes para a melhoria da qualidade dos alimentos, qualidade de vida e saúde da população.
- 7) Revalorizar o trabalho na terra e apoiar qualquer iniciativa ou acção tendente a permitir aos agricultores de viverem dignamente da sua actividade e especialmente divulgar junto do público a qualidade biológica dos alimentos produzidos pelos membros da AGROBIO.
- 8) Informar a Administração Pública e colaborar com a mesma em todas as questões que se relacionem com os objectivos da Associação.
- 9) Promover o controlo e certificação dos produtos oriundos da Agricultura Biológica.
- 10) Promover o esclarecimento do consumidor quanto a produtos, materiais e equipamentos que, numa perspectiva ecológica, possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida.
- 11) Contribuir para a resolução dos problemas de auto-suficiência, dos países onde há fome, com a sua experiência acumulada.

A BATALHA

JORNAL DE EXPRESSÃO ANARQUISTA

APARTADO 5085
1702 LISBOA Codex

AVENÇA